

O GOVERNO DE MARCELO CAETANO NA IMPRENSA DE SANTOS

RAFAELA TONETTO FERNANDEZ*

MARCELO LUCIANO MARTINS DI RENZO**

* Jornalista, graduada na Universidade Católica de Santos.

**Professor Mestre, orientador do TCC, docente do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Santos.

RESUMO

Portugal e Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, foram governados por regimes autoritários, civil e militar, respectivamente. Esse modelo de governo atinge diretamente a imprensa, por meio da censura. Considerando-se que a comunidade portuguesa é significativa em Santos, essa pesquisa diz respeito ao conhecimento que os portugueses e seus descendentes tinham sobre Portugal, nos últimos anos do governo de Marcelo Caetano, de 1970 a abril de 1974, com base no noticiário internacional veiculados nos jornais *A Tribuna* e *Cidade de Santos*. Os objetivos da pesquisa são os de estabelecer paralelo entre o governo de Marcelo Caetano em Portugal e o governo de militares no Brasil e analisar as informações sobre Portugal nas imprensas santista e lusa. E ainda, pesquisar o papel da imprensa santista que se reveste de grande importância, bem como verificar o teor, o conteúdo e o enfoque das reportagens.

PALAVRAS-CHAVES

Censura. Imprensa. Brasil. Portugal. Marcelo Caetano.

1. CONTEXTO HISTÓRICO

Para que se possa proceder à análise do material jornalístico produzido pela imprensa santista a respeito de Portugal, deve-se ter conhecimento do contexto histórico e político. Assim, é de suma importância explicitar os sistemas de governo de Brasil e Portugal, sob o comando de Emílio Garrastazu Médici e Marcelo Caetano.

1.1. O Estado Novo Português

O Estado Novo português transcorreu entre 1933 a 1974, terminando com a Revolução de Abril. Foi um regime autoritário, nacionalista, conser-

vador, de inspiração fascista e tradicionalista. Tinha uma feição antiliberal, antiparlamentarista, anticomunista e colonialista. O regime criou a sua própria estrutura de Estado, um aparelho repressivo que apoiou-se na censura, na propaganda, nas organizações paramilitares, nas organizações juvenis e na Igreja Católica. O Estado Novo pode ser dividido em três fases:

a. 1ª Fase -1933-1945: consolidação do poder de Antônio de Oliveira Salazar, em termos político e institucional.

Salazar, quando chegou ao poder, reorganizou as finanças e reanimou a economia. Para tal, teve que efetuar muitas reformas econômico-financeiras, como, por exemplo, a diminuição substancial das despesas do país e a instituição de inúmeras taxas, conseguindo assim equilibrar as finanças, sendo considerado o Salvador da Pátria (visto como um “milagre”). Contudo, esta estabilidade veio acompanhada da proibição de todos os partidos políticos, da repressão, da perseguição dos “subversivos”, “desestabilizadores” da Nação.

b. 2ª Fase - 1945-1961: iniciada após a vitória dos aliados na 2ª Guerra Mundial, embora em 1958 tenha sentido um estremecimento com uma tentativa de entrada de Humberto Delgado¹ em ascender ao poder; foi a fase mais rica do regime.

Em 1945, Portugal era um dos países menos desenvolvidos da Europa. Mais da metade da população trabalhava no setor primário, o que mostrava atraso da economia portuguesa.

Os apelos à liberdade foram sendo esquecidos e abafados pelo crescimento econômico rápido e significativo. O regime entrou em um período de “vacas gordas”.

Pela primeira vez no século XX, Portugal expandiu-se mais depressa que a maior parte das economias desenvolvidas, graças ao fato de que, durante a segunda Grande Guerra, o Estado Novo tenha conseguido manter Portugal neutro nesse conflito militar.

Apesar deste peculiar desenvolvimento, Portugal continuou dependente da importação de matérias primas, energia e outros produtos industriais, adubos e alimentos. Quando os países que tradicionalmente eram fornecedores para Portugal se envolveram na guerra, os abastecimentos tornaram-se precários. Dessa maneira, surgiram as Leis do Fomento que trouxeram uma política industrial forte, surgindo novos ramos de atividade, como, por exemplo, a siderurgia, os cimentos, os químicos, a celulose, a refinação de petróleo, a eletrificação e a construção naval.

Na questão colonial, a partir de 1945, o estado português se depara com um novo problema, a nova ordem internacional instituída pela Carta das Nações Unidas. O governo não conseguiria mais sustentar a política instituída com a publicação do Ato Colonial, em 1930¹.

Salazar procedeu à revisão constitucional de 1951, em pleno processo internacional de descolonização. Revoga o Ato Colonial, inserindo o estatuto de colônias, desaparecendo o conceito de colônia, sendo esse, substituído então pelo de província e modifica-se o conceito de Império Português para o conceito de Ultramar Português.

No que diz respeito ao mundo do pós-guerra, Salazar revelou alguma incapacidade de adaptação. Não se conformou com a emergência de um novo governo, também não aceitava o declínio da Inglaterra e o crescimento da nova «superpotência» marítima, os Estados Unidos da América. Não aceitou a importância da diplomacia multilateral e principalmente não aceitava o princípio dos povos disporem de si mesmos. Por isso, recusou todo o processo de descolonização.

c. 3ª Fase - 1961-1974: fim do Estado Novo que termina com a Revolução dos Cravos, marcada pela Guerra Colonial³, tendo Américo Tomás na Presidência de República e Marcelo Caetano na Presidência do Conselho (1968-1974).

Quase 40% do orçamento de Estado foi dirigido para a guerra. Os homens enviados para a guerra representavam cerca de 10% da população portuguesa e 90% da juventude masculina. Nos 13 anos, contaram-se cerca de 8 mil mortos e 100 mil feridos. Apesar da enorme tentativa da propaganda do Estado em tranquilizar a população da situação da guerra, as pessoas sentiam na pele as perdas de familiares e amigos. O sentimento de revolta e hostilidade relativa à política colonial começou a espalhar-se principalmente entre os jovens.

A população deixou de acreditar na vitória militar, outra consequência da guerra está relacionada com os próprios militares, os mesmo que viriam a ditar o fim do regime do Estado Novo em Portugal. Diz César Oliveira (apud Rosas, 1996, 1, p. 414) sobre a Guerra Colonial:

[...] provocou uma progressiva consciencialização política dos militares do Quadro Permanente, seja pelo contacto com oficiais milicianos - saídos de uma universidade cada vez mais abertamente hostil à continuidade da guerra - seja porque se sentiam os únicos responsáveis, caso ocorresse uma situação idêntica à da invasão da Índia, em 1961, pela União Indiana.

Em setembro de 1968, Salazar sofreu um AVC e é afastado do governo.

1.1.1. Marcelo Caetano

O mais novo de seis irmãos, Marcelo José das Neves Alves Caetano nasceu em 17 de agosto de 1906, no bairro da Graça, em Lisboa. Cogitou tornar-se padre e médico, mas acabou seguindo o caminho do Direito, em seguida doutorou-se em Ciências Político-Econômicas.

Apoiou a Ditadura Militar de 1926 a 1928. Conheceu Antônio de Oliveira Salazar em 1929, no Ministério das Finanças, quando Caetano trabalhava como auditor e Salazar como ministro. Mais tarde, apoiou o regime de Salazar, participando na redação do Estatuto do Trabalho Nacional e da Constituição de 1933.

Serviu o Estado Novo com as mais variadas funções. Inicia a sua carreira em 1940, foi alto-comissário da Mocidade Portuguesa, ministro das Colônias, presidente da comissão executiva da União Nacional, presidente da Câmara Corporativa e Ministro da Presidência do Conselho. No último cargo torna-se uma espécie de “vice-primeiro ministro” e, em tese, “sucessor” de Salazar.

Marcelo Caetano não era nem democrata nem liberal, era reformista no Estado Novo. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial tinha compreendido que o Estado Novo não conseguiria resistir ao clima social que persistia. O seu objetivo não era acabar com o regime, mas adaptá-lo para resistir aos novos tempos.

1.1.2. O porquê da entrada de Marcelo Caetano no poder

Devido a questões de saúde, um AVC, em setembro de 1968, Salazar ficou impossibilitado de governar. Com isso, Marcelo Caetano, de 62 anos, passou a ocupar o cargo de chefia executiva do Estado Novo.

Antes de Marcelo Caetano chegar ao poder, ele já propagava, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, o *marcelismo*, que existia como um partido informal que pregava

uma corrente reformista dentro do Estado Novo. Os principais simpatizantes do *marcelismo* ocupavam os níveis mais altos da administração. Marcelo era um antigo protegido de Salazar e já tinha desempenhado várias funções durante o Estado Novo. No entanto foi afastado do poder por Salazar devido às suas críticas ao regime e ao seu ideal reformista.

Os marcelistas acreditavam que era necessário implementar medidas nos campos político, econômico, social e colonial para modernizar o país, de acordo com as novas realidades e desafios. O objetivo deles era depor Antônio de Oliveira Salazar da chefia do Governo de forma discreta. Em 1951, fizeram uma tentativa, sem sucesso, de colocar Marcelo Caetano na chefia do Governo e depor Salazar da presidência. Finalmente, em setembro de 68, conseguiram impor Marcelo Caetano como presidente de conselho, depois de mais de 10 anos de tentativas.

Américo Tomás⁴, então Presidente da República desde 1958, com mandato renovado pelo sufrágio indireto em 1965, tinha suas dúvidas a respeito de Caetano, achava sua visão exageradamente reformista, o que poderia pôr em risco o futuro do regime, no entanto, acreditava que essa seria a única solução que a opinião pública aceitaria sem reação. Marcelo Caetano foi uma escolha consensual entre a elite que queria manter o regime conservador e os jovens que queriam a diferença e abertura do regime.

Em 1968, Américo Tomás elege Marcelo Caetano para a chefia do governo e em 27 de setembro de 1968, Marcelo Caetano tornou-se Presidente do Conselho até a queda do Estado Novo, em 1974.

Segundo Angelo, o Estado Novo em Portugal, Regime salazarista, foi marcado pelo autoritarismo:

O Estado Novo é muitas vezes confundido com o salazarismo porque, dos 41 anos de existência do regime, 35 foram sob a liderança de Salazar. Em 1968, Marcelo Caetano, que já havia exercido diversas funções públicas durante o Estado Novo, assumiu o cargo de presidente do Conselho de Ministros. Foi em seu governo que o regime estado-novista chegou ao fim, derrubado por um golpe militar conhecido como Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974.

Naquela época, além da crise econômica que o país atravessava e do atraso que caracterizava Portugal em relação ao restante da Europa ocidental, uma outra questão importante a marcar o debate político foram as guerras coloniais. Portugal ainda possuía algumas colônias, como Angola, Moçambique e Timor-Leste. A manutenção dessas possessões e os recursos despendidos no combate às lutas por independência agravaram ainda mais as finanças portuguesas. Aos poucos, formou-se um cenário de insatisfação com o Estado Novo. A duração do regime, o autoritarismo que o caracterizou, o isolamento de Portugal e o atraso econômico do país se uniram às guerras coloniais. Em abril de 1974, de maneira pacífica, oficiais portugueses derrubaram o governo de Caetano e fizeram a transição para o novo regime. Uma junta provisória foi criada - e eleições realizadas. Era o fim do Estado Novo e o começo de uma nova fase, que vem tentando diminuir a distância entre os portugueses e seus vizinhos europeus. (2009, p. 2)

1.2. A Ditadura Militar Brasileira, de 1964 a 1985

O Brasil também atravessava um período complicado de sua história. O presidente eleito em 1961, Jânio da Silva Quadros⁵, muito embora tenha sido eleito com seus discursos de moralização e combate a corrupção, acabou por decepcionar os seus eleitores quando trouxe uma política de combate a inflação que gerou recessão. Jânio Quadros estabeleceu relações com a União Soviética e com a China, para onde enviou, em missão oficial, o vice-presidente João Goulart⁶.

Também condenou a política Estadunidense em relação à Cuba. Em agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou abruptamente ao mandato.

O vice, João Goulart deveria assumir o cargo. Todavia, ele estava em viagem à países do eixo socialista. Os ministros militares, Gabriel Gr \ddot{u} n Moss, Odílio Denys e Sílvio Heck entenderam que sua posse poderia gerar instabilidade ao país e formaram uma junta para impedir a posse de Jango. O Congresso Nacional vetou o impedimento e João Goulart assumiu o cargo em 07 de setembro de 1961, sendo o regime alterado para parlamentarismo⁷.

O regime presidencialista foi retomado em 1963, após um plebiscito e João Goulart assumiu a Presidência da República com plenos poderes. Ele pretendia efetuar reformas de base, consistindo em reforma agrária, bancária, fiscal, eleitoral, universitária, administrativa, controle do investimento estrangeiro, entre outras.

Por conta de seu plano de reformas, o governo de Jango foi associado ao “perigo comunista” ou “perigo vermelho”. Nessa época, o mundo vivia a chamada Guerra Fria⁸ e diante do temor do Brasil se tornar uma ditadura comunista similar à Cuba⁹, setores mais conservadores da sociedade brasileira, como as Forças Armadas, o alto clero da Igreja Católica, proprietários de terras, organizações civis, apoiados pelos Estados Unidos da América, fizeram um movimento de reação e inúmeras entidades anticomunistas foram criadas.

Instaura-se um abismo entre os grupos de direita e esquerda e a desestabilização do governo parecia estar pré-anunciada.

No governo federal, Jango realiza, em março de 1964, um enorme comício em frente à Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro e anuncia a nacionalização de refinarias e a desapropriação de áreas para a reforma agrária. Nesse mesmo mês, em São Paulo, ocorre a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em resposta à “ameaça comunista”, pedindo o afastamento de Jango. Sobrevêm, assim, em 1º de abril de 1964, o golpe militar que depõe João Goulart e instala a ditadura no país que durará 21 anos.

O regime democrático cede ao autoritário. A Presidência da República foi ocupada por uma Junta Militar que outorgou o Ato Institucional n. 1, que decretava a realização de eleições indiretas para Presidente da República num prazo de dois dias a contar da publicação, no dia 11 de abril de 1964 e em outubro de 1965 haveria eleições diretas. O marechal Humberto de Alencar Castello Branco é empossado pelo congresso, em 1964.

Além das eleições indiretas, o ato determinava fortalecimento dos poderes do Presidente, que poderia apresentar emendas constitucionais ao Congresso e aprová-las por maioria simples, suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos, sob o pretexto de “interesses nacionais” e decretar estado de sítio sem autorização do congresso.

A estratégia que vinha sendo implantada pelos militares era clara e objetiva, um militar ocupando o cargo de Presidente da República, tinha por sua vez a função de realizar as “mudanças” desejadas pelas forças conservadoras. A partir desse momento, os chefes militares

passaram a perseguir os líderes políticos de esquerda, jornalistas, estudantes, intelectuais e quaisquer pessoas que considerassem subversivas.

Apesar de Castello Branco ter conseguido em seus primeiros anos ter sucesso em conter a inflação, o governo colecionava medidas impopulares, deteriorando a situação política do país. Através de uma emenda constitucional, o mandato de Castello Branco deveria estender-se até março de 1967. Em outubro de 1965, foi decretado o AI-2, ampliando o poder do executivo, além de estabelecer que as eleições para Presidente da República seriam indiretas e de extinguir partidos políticos.

Em fevereiro de 1966, era implantado o AI-3, que estendia as eleições indiretas para governadores e prefeitos, considerados “áreas de segurança nacional”. Em outubro, o Congresso foi fechado após a cassação de muitos parlamentares e reaberto em 1967, pelo AI-4 para aprovar uma nova constituição.

A nova carta constitucional logo foi ultrapassada por novos atos do governo militar e a linha dura ganhava cada vez mais força.

Segundo Vicentino e Dorigo (2010, p. 737) tudo isso foi provocando um “endurecimento” do regime, de modo que as medidas autoritárias se multiplicaram e o retorno dos militares aos quartéis foi adiado para um futuro mais remoto.

No início de 1967, o Marechal Arthur da Costa e Silva foi escolhido para Presidente da República. O governo se torna cada vez mais ditatorial, até a oposição legal tinha deixado de ser aceita, a Frente Ampla¹⁰, que defendia eleições diretas, anistia e nova constituição, é proibida em 1968. A recessão e queda do poder de compra faz com que o movimento sindical ganhe força. Os anos que se seguiram foram de intensa mobilização popular e de muitas manifestações, principalmente de estudantes.

A repressão do governo foi extremamente agressiva e o marechal Costa e Silva, no final de 1968, decretou o Ato Institucional nº 5, o mais violento dos atos até então outorgados, com o fechamento do Legislativo, a suspensão dos direitos políticos, incluindo a suspensão do habeas corpus e as garantias constitucionais individuais, intervenção federal em estados e municípios e a possibilidade do presidente decretar estado de sítio.

Por fim, a aparência democrática do regime desabava, deixando evidente que a violência tendia a aumentar.

No fim de 1969, Costa e Silva sofreu um derrame cerebral, sendo afastado do poder e substituído por uma Junta Militar, que declarou vago os cargos de presidente e vice-presidente do Brasil. O civil e vice-presidente, Pedro Aleixo, foi impedido de assumir pelos ministros militares e os grupos considerados “linha dura” acabaram optando e aprovando o nome de Emílio Garrastazu Médici.

1.2.1. Emílio Garrastazu Médici e seu governo

Filho de imigrantes, Emílio Garrastazu Médici nasceu em Bagé, Rio Grande do Sul, no dia 4 de dezembro de 1905. Aos 12 anos foi levado para estudar no Colégio Militar de Porto Alegre, e desde então permaneceu na vida militar. Em 1927 tornou-se Aspirante e dois anos depois já era Tenente, servindo também como major e sendo promovido até Tenente-coronel. Fora convidado pelo General Costa e Silva, em 1957, para ser Chefe do Estado Maior da 3ª Região Militar, onde permaneceu durante dois anos.

Do ponto de vista político, foram os anos mais duros do período militar, começando pelo AI-5 (editado por Costa e Silva em dezembro de 1968), proibindo qualquer manifesta-

ção contrária ao governo. O período do governo Médici, que teve início em 1968, se estendendo até março de 1974, é chamado de “anos de chumbo”, sendo que a repressão aos órgãos de imprensa foi intensa. Todavia, Médici utilizava os meios de comunicação para passar uma visão positiva do governo.

O governo Médici também ficou conhecido como “milagre econômico”, pelo crescimento da economia em ritmo bastante acelerado, expansão da indústria e pelo aumento das exportações agrícolas.

Durante vários anos não foram realizados investimentos estrangeiros no Brasil, por razão da inflação descontrolada e pelos traumas políticos dos governos anteriores. Os capitais externos voltaram ao território nacional, principalmente pela aprovação do governo estadunidense ao regime militar, passando uma imagem de estabilidade política. As baixas taxas de juros praticadas no mercado no início de 1970, também contribuíram para o “milagre econômico”. Nesse período, foram assinados grandes acordos e realizadas diversas obras, como o da construção da Hidrelétrica Itaipu Binacional.

A economia brasileira internacionalizava-se e estendia-se de maneira espetacular. A cada ano, as taxas do produto interno bruto (PIB) só cresciam e o governo de Médici não demorou a tirar proveito disso. Nascia o sonho de Brasil potência e com ele o governo trouxe os bordões usados nas propagandas oficiais: “Ninguém segura esse país” “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Pra frente, Brasil”.

Segundo Ferreira e Gomes, o governo Médici tinha inicialmente aceitação por parte da população:

Outro ponto fundamental é reconhecer de que houve apoio da sociedade ao golpe em 1964. Apoio que comemorou uma Copa do Mundo de futebol, em 1970, e o sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972, com um presidente que, inegavelmente, conseguia aprovação popular: Emílio Médici. O mesmo general presidente sob cujo governo a tortura atingiu requintes de crueldade inimagináveis, que foram se tornando mais e mais conhecidos. (2014, p. 389)

Na realidade, de acordo com Vicentino e Dorigo (2010, cap. 39), o Milagre Econômico de Emílio Garrastazu Médici trouxe para o Brasil uma dependência do capital estrangeiro, fazendo com que a dívida externa crescesse cada vez mais, elevaram-se os custos sociais e congelaram os salários, afetando principalmente a população mais pobre, resultando no aumento das desigualdades sociais.

1.3. Lei de Imprensa

No Brasil, em 9 de abril de 1964, entrava em vigor o Ato Institucional n. 1, sutil ao mencionar a liberdade de imprensa, pois assim aparentava cumprir a Constituição de 1946.

Com a edição do AI-2, em 1965, a função de julgar os crimes de imprensa foi retirada do júri, além de alterar o artigo 141 da Constituição Federal, especificamente o parágrafo 5º que passou a consignar que “Não será, porém, tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou preconceitos de raça ou classe.” Abriu-se precedente para censurar propagandas que fossem vistas como qualquer tipo de subversão.

Ainda o AI-2 proibiu manifestação sobre assuntos políticos aos que se encontravam na situação jurídica de cassados e o Ato Complementar nº 1 estabeleceu pena de

3 meses a um ano de detenção também ao responsável pelo veículo de comunicação pela prática da infração.

Em janeiro de 1967, foi promulgada a nova Constituição, que no parágrafo 8º do artigo 150 praticamente reproduziu o texto constitucional anterior.¹¹

Em 14 de fevereiro de 1967, foi editada a Lei de Imprensa, que seria aplicada também para o rádio, mostrando-se mais rigorosa nas penas.

Antes mesmo da entrada em vigor da Lei de Imprensa, foi editado o Decreto-Lei n. 314, que definiu os crimes contra a segurança nacional e ordem política e social e disciplinou parcialmente a matéria referente à imprensa, sendo que os crimes passaram a ser julgados por um foro militar.

O maior abalo sofrido pela imprensa veio com o AI-5, que deu plenos poderes ao Presidente da República para censurar previamente os veículos de comunicação¹².

Foi também editado, em outubro de 1969, a Emenda Constitucional 1, que alterou o artigo 150, parágrafo 8º, renumerando-o para artigo 153 e acrescentando que não seriam toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe, e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes.

Ainda foi editado o Decreto-lei nº 1077 de janeiro de 1970 que regulamentou o texto constitucional e dispôs sobre a censura prévia às publicações contrárias à moral e bons costumes.

Na prática, a liberdade de imprensa não existia, apesar de estar disciplinada na Carta Magna e a censura foi amplamente utilizada pelo governo.

A revogação do AI-5 somente se deu em 1978, sendo declarada extinta a competência censória do governo.

Já em Portugal, em 1971, foi publicada a Lei de Imprensa, que entrou em vigor em junho de 1972. Antes dessa data, todas as publicações eram submetidas a uma Comissão de Censura.

Marcelo Caetano prometeu algumas liberalizações, mas na realidade não se alterou muita coisa. Oficialmente a censura teria acabado em Portugal e foi substituída pelo exame prévio, que seria exceção à regra de liberdade (Decreto-lei 150/72), destinado aos jornais diários.

Por conta dessa pseudo liberdade de expressão, a oposição manifestou-se em um congresso da oposição democrática, em Aveiro, em 1973, para denunciar a manutenção do regime censório em Portugal. Na realidade, a censura não acabou. Assim como seu antecessor Antonio Salazar, Caetano utilizou a censura como uma forma de moldar o pensamento da população para os valores do regime e nada que desviasse destes, mantendo assim a ditadura.

Com o exame prévio surgiram as designações no material censurado “autorizado”, “autorizado parcialmente”, “demorado” e “proibido”.¹³

A lei proibia a referência do fato de as publicações serem sujeitas ao exame prévio. Durante todo o Estado Novo nunca foi admitido pelo Estado que existia censura, inclusive no período de Caetano.

É importante salientar que a censura não serviu só para restringir a imprensa, mas também outros meios de comunicação, como a literatura, a rádio, a televisão, o cinema e também o teatro, inclusive as notícias que saíam de Portugal para o resto do mundo.

Neste sentido, Torres escreve:

Entre 1961 e 1974, a Notícia foi filtrada pela Censura de Salazar e pelo Exame Prévio de Marcello Caetano. Salazar considerava que um jornal era “o alimento espiritual do povo e deve ser fiscalizado como todos os alimentos”⁵⁵. Marcello Caetano apregouo um certo liberalismo que, na prática, se traduziu na continuidade da mesma filosofia de Salazar. Graça Franco chamou-lhe “política de mudança de aparência⁵⁶”. Segundo Raul Rego⁵⁷ (1973), o “Exame Prévio de hoje é a Censura Prévia de ontem, ou seja, a maneira de um Governo ditatorial, a despeito da Constituição, dominar por completo a opinião pública e a orientar conforme lhe convém”. Para Cândido de Azevedo, “dominar e orientar por completo a opinião pública, era na realidade o grande e único objectivo da censura, mesmo quando mascarada de ‘Exame Prévio’” (1997:64). Em suma, e voltando a citar Raul Rego⁵⁸, a mudança de Salazar para Marcello Caetano reduziu-se à “reforma dos carimbos⁵⁹”: “pessoas⁶⁰, casas, métodos, são os mesmos. De tal forma são os mesmos, que nem foi preciso comunicar aos jornais onde era a sede do novo organismo do Exame Prévio quando este começou a funcionar. Toda a gente o sabia; e nenhum dos funcionários dos jornais se enganou no caminho”. (2012, p. 20)

2. JORNALISMO

O vocábulo comunicar, de acordo com o dicionarista Ferreira (1986, p. 444) significa “fazer saber; tornar comum; participar: comunicar ideias, pensamentos, propósitos.” Logo, comunicação traz a ideia de comunhão, de comunidade.

A comunicação, na visão de Melo (1977, cap. 2), pode ser conceituada a partir de vários vieses: a) biológico – atividade que passa no sistema nervoso; b) pedagógico – transmissão de informações dos adultos aos mais jovens; c) histórico – cooperação mútua a fim de garantir a coexistência; d) sociológico – possibilidade de interação social; e) antropológico – formação de cultura; e f) psicológico – transmissão de estímulos.

Fugindo das tendências de se considerar apenas alguns aspectos, Melo (1977, p. 31) formulou o conceito estrutural de comunicação. “Comunicação é o processo de transmissão e recuperação das informações.”

O homem sempre precisará de informação. A essência do jornalismo, na concepção de Felipe Pena (2015, p. 23), muitas vezes caminha junto com o medo. O medo do desconhecido, faz com que pessoas procurem o jornalismo, para que de certa forma, estejam mais preparados para enfrentar o desconhecido.

O jornalismo traz para o indivíduo uma forma de conhecer o mundo e para isso, no sentir de Pena (2015), o jornalista precisa estar preparado para superar barreiras, opinar de maneira coesa e coerente, trazendo uma visão mais clara dos acontecimentos do cotidiano. Por isso, não basta produzir jornalistas só no âmbito acadêmico, é preciso formar jornalistas cidadãos, que tenham gana de informar de forma clara, séria e verdadeira. Só sob essas circunstâncias o trabalho de informar, poderá ser chamado de jornalismo.

O conceito de jornalismo é trazido por Lage:

No conceito amplo, que os críticos chamam de neutro, jornalismo é atividade de natureza técnica caracterizada por compromisso ético peculiar. O jornalista deve saber selecionar o que interessa e é útil ao público (o seu público, o público-alvo); buscar a associação entre essas duas qualidades, dando à informação veiculada a forma mais atraente possível; ser verdadei-

ro quanto aos fatos (verdade, ai, é a adequação perfeita do enunciado aos fatos, *adaequatio intellectus ad rem*) e fiel quanto às ideias de outrem que transmite ou interpreta; admitir a pluralidade de versões para o mesmo conjunto de fatos, o que é um breve contra a intolerância; e manter compromissos éticos com relação a prejuízos causados a pessoas, coletividades e instituições por informação errada ou inadequada a circunstâncias sensíveis. (2014, p.2)

A partir do surgimento dos modos impressos, despontou o jornalismo moderno. No entanto, o jornalismo oral não deixou de ser utilizado, seja no diálogo com as fontes ou através dos novos meios de comunicação que usam essencialmente a linguagem oral, como o rádio, televisão e plataformas de internet como o podcast.

O jornalista, mais uma vez referenciado por Pena (2015, p. 169-172) deve sempre realizar uma autocrítica antes e depois de um trabalho realizado, questionando a averiguação dos fatos, a parcialidade na matéria e os preconceitos com o assunto.

Fato é que hoje, o público quer se manter informado a todo o momento, sobre todos os assuntos, e muitas vezes as notícias acabam sendo produzidas sem maiores conferências, o que pode ocasionar imprecisões e incongruências.

Neste ponto, Martins observa:

Trabalhamos permanentemente contra o relógio, e nem sempre os extraordinários progressos tecnológicos vêm aliviando o nosso lado na briga contra o tempo. Hoje em dia, a notícia é praticamente instantânea. Temos menos tempo para pensar, avaliar e ponderar os fatos do que antes. Os políticos também. São obrigados a reagir de imediato ao ataque de um adversário ou a uma decisão do Palácio do Planalto, muitas vezes sem medir todas as consequências de sua reação. Resultado: o coeficiente de besteiras dos dois lados do balcão, vem crescendo bastante. (2005, p. 87/88)

Apesar da frenética vida cotidiana, de acordo com Felipe Pena, uma boa reflexão após um trabalho é imprescindível e permite que o jornalista se livre de certos dogmas na execução de um próximo conteúdo.

O jornalismo pode ser classificado em gêneros. Melo (apud Pena, 2015, p. 69) divide em jornalismo informativo (nota, notícia, reportagem e entrevista) e opinativo (editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta).

Também o jornalismo pode ser classificado de acordo com a especialização, podendo ser político, internacional, esportivo, cultural, econômico, entre outros.

2.1. Jornalismo Político e Internacional

O jornalismo político passou por grandes mudanças com o decorrer do tempo, principalmente no requisito de se fazer tal gênero. O jornalista não deve tentar convencer o leitor, deve-se apresentar os fatos para que o receptor fique livre para tirar suas próprias conclusões.

O conteúdo das informações jornalísticas é dividido em várias categorias. Melo (1971, p. 141-148) esclarece que a política internacional conceitua-se como “notícias sobre os problemas políticos estrangeiros, questões de diplomacia, de relações internacionais, guerras, etc.” e a política nacional como “notícias ligadas à luta pelo poder político no país; atividades das organizações partidárias e atuação dos seus líderes; movimentos eleitorais.” Segundo esse autor a origem das informações é fixada a partir de sua procedência geográfica e pode ser local, nacional ou internacional.

Quanto às informações internacionais, podem ser colhidas e preparadas na própria empresa ou obtida por meios de agências, sucursais, correspondentes, enviados especiais.

A imparcialidade no jornalismo político, no sentir de Martins (2005, p. 13-20), não era uma preocupação dos jornalistas e editores. Estes tornavam o jornal partidário, dando mais espaço para a opinião do que para a informação. O próprio leitor do periódico já esperava por isso, comprava o jornal buscando opiniões parecidas com as suas.

Evidencia Martins (2005, p. 14) que, em 1950, os jornais mais influentes não tinham qualquer preocupação com a isenção na cobertura. “De modo geral, o tom das primeiras páginas era de franco engajamento eleitoral. Manchetes, chamadas, fotos e charges não escondiam sua preferência”.

Nas últimas quatro décadas, a imprensa de modo geral se preocupa em separar a informação da opinião. Os veículos procuram se manter imparciais, mesmo tendo suas preferências políticas, pois assim atingem um público maior e diverso.

Sobre esta questão, Martins conclui:

Essa mudança de estratégia teve enorme impacto na alma e na cara dos jornais. Na alma: eles tiveram de deixar claro para o leitor que vendem informação, e não opinião embrulhada em notícia. Daí a necessidade de isenção na cobertura jornalística, ou pelo menos da busca da isenção. Na cara: os jornais passaram a cobrir áreas que antes eram desprezadas, criando editoriais ou cadernos voltados para segmentos específicos, como entretenimento, cultura, mulheres, jovens, crianças, carro, trabalho, turismo, informática etc. (2005, p. 19)

Já as notícias com teor opinativo, seja partidário ou de segmentos da sociedade, tendem a deixar os jornais diários e ganham novo espaço em veículos de periodicidade mais longa e voltados para seu público específico.

De outra parte, nas ponderações de Martins (2005, p. 82), é inverossímil que um repórter não conheça minimamente a história política do país onde atua, pois para a produção de uma linha de raciocínio e conseqüentemente um bom texto, o repórter deve ter consciência dos “porquês” dos acontecimentos anteriores.

Noblat ao contar a história do jornalista Eunício Campelo faz interessante observação a respeito da formação do jornalista:

Se quiserem saber quem foi Salazar ou Jânio procurem livros a respeito. Não me venham com a desculpa de que nada sabem porque seus pais nem sequer haviam se conhecido. Vocês já ouviram falar de Napoleão e sabem que ele não foi apenas nome de conhaque. (2012, p. 34)

O leitor espera que o jornalista contextualize a notícia, conectando-a com outros fatos, analisando o que aconteceu e as possíveis reações que o acontecimento trará. Já não basta apenas relatar o fato, o leitor espera muito mais de um texto, o factual total fica por conta dos veículos televisivos, o texto precisa trazer algo mais para o receptor, caso contrário estará apenas noticiando notícia velha, contextualiza Martins (2005, p. 21-23).

O jornalismo político e internacional apresenta-se como uma área que exige especialização, dada a complexidade e abrangência dos temas.

2.2. Jornalismo Comparado

Os estudos de jornalismo comparado foram iniciados por Jacques Kayser¹⁴, com o intuito de formar um acervo metodológico para a criação da ciência da imprensa.

O estudo sistemático da imprensa é fonte para diversas áreas do conhecimento humano.

Historiadores mais tradicionais apresentam uma maior resistência, mas é certo que os jornais são elementos indispensáveis de informações históricas.

Salienta Melo (1972, p. 33) que a imprensa é uma verdadeira mina de conhecimentos, não somente como fonte de sua própria história, mas também das situações e acontecimentos os mais diversos. Ressalta Wilhelm Bauer, para quem “a imprensa é como um diário de sua época, cuja consulta é necessária às gerações futuras, inclusive para descobrir os mais finos estímulos da vida pretérita.” (apud Melo, 1972, p. 33).

Na sociologia, os jornais assumem importância para análise das representações coletivas, das atividades e características de um grupo.

Ao citar estudo de Roger Batis de (1953), Melo (1972, p. 38) salienta a opinião deste quanto a relevância da imprensa para a sociologia. “Para este período, todavia, talvez o estudo dos jornais seja mais importante do que o dos livros, como expressão dos sentimentos coletivos”.

Na política, a imprensa é fonte de pesquisa do período a ser analisado pelo pesquisador. Melo (1972, p. 42) referindo-se a Aziz Simão (1966) destaca que para a realização do trabalho Sindicato e Estado foram consultados jornais da chamada grande imprensa, de diferentes orientações políticas e de jornais da imprensa operária.

A imprensa influencia na formação da opinião, nos hábitos, nas atitudes do público consumidor.

A pesquisa de jornais diferentes permite fazer comparações nos planos nacionais e internacionais, comparações e estudos referentes aos gêneros de informação, apresentação gráfica, tiragens, edições, circulação. Além desses aspectos, o conteúdo dos jornais podem ser estudados quanto a natureza das notícias e que tipo de informação fornece ao leitor.

Pedro Parafita de Bessa (apud Melo, 1972, p. 49) salienta que:

Grande parte da população alfabetizada do Brasil lê, senão exclusivamente, pelo menos principalmente, os jornais. São estes, pois, o principal veículo educativo e de extensão cultural e de interesses do nosso povo. Interessa, portanto, aos jornalistas, educadores, governantes, e demais encarregados do progresso social, saber o que, de fato, é fornecido à população.

Nos regimes em que há censura muitas vezes as informações são manipuladas e não espelham a realidade dos fatos e acontecimentos. Assim, pressupomos que apurar os fatos é missão que deve nortear o profissional da comunicação.

Além do que há que se considerar que as notícias geram efeitos afetivos, cognitivos e comportamentais sobre pessoas e a fidelidade das notícias aos fatos deve ser perseguida.

A realização de um estudo comparado sobre as matérias veiculadas na Baixada Santista a respeito de Portugal no período citado desta pesquisa é de suma importância para se saber como a censura e a falta de liberdade de expressão influenciam na veiculação das informações sobre os acontecimentos políticos e a percepção dos portugueses a respeito dos fatos e notícias transmitidas.

3. ANÁLISE DA IMPRENSA ESCRITA

A primeira obrigação do jornalismo, salienta Pena (2015, p. 169) é com a verdade e sua primeira lealdade é com os cidadãos, sendo que a essência do jornalismo é a disciplina da checagem.

A imprensa não só informa como também é formadora de opinião. Logo, o estudo é importante para verificar a natureza das notícias e a informação que fornecem ao público, bem como se foi produzido material suficiente a proporcionar esclarecimentos aos portugueses e descendentes a respeito da vida política em Portugal no período citado.

Na década de 70, período analisado neste trabalho, assim como hoje, eram encontrados grandes jornais que circulavam em todo o estado de São Paulo, como a *Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo*. Esses traziam e trazem diferentes editorias, analisando prioritariamente notícias em âmbito nacional.

Já os jornais regionais da Baixada Santista de 70, *Cidade de Santos* e *A Tribuna*, tinham o foco na informação que ocorria principalmente dentro da região, mostrando a política regional, a vida social e o que se ambientalizava naquela época. Foco e missão que os jornais regionais continuam a trazer consigo, inclusive *A Tribuna* que se perpetua até hoje.

Os jornais se tornam história viva e vivida de uma geração, ter analisados os jornais citados acima trouxe a experiencição de conhecer o que as pessoas recebiam de informação sobre sua terra natal em uma época em que o principal meio de informação eram os jornais impressos.

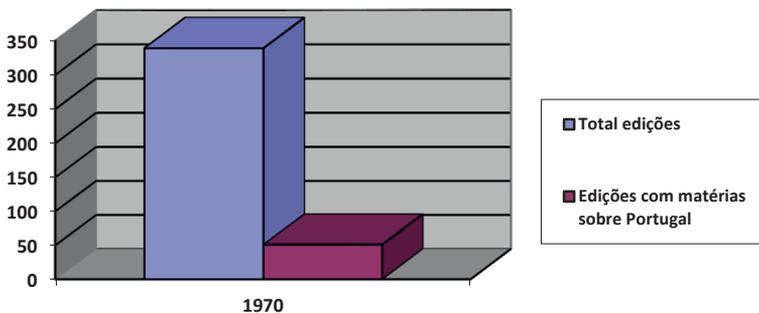
Apresentamos, a seguir, os resultados do estudo de jornalismo comparado. Trata-se de uma análise da imprensa diária de Santos no período de 1970 a 30/04/1974.

3.1. Jornal Cidade de Santos

Em 11 de julho de 1967, foi fundado o jornal Cidade de Santos, pertencente à empresa Folha da Manhã S/A. O jornal era diário, impresso na capital paulista, mas destinado ao público da Baixada Santista. Seu primeiro editor foi Sérgio Paulo Freddi. Passou por várias fases e editores, sendo extinto em 15 de setembro de 1987, quando foi publicada sua última edição.

Foram pesquisados as edições de 01/01/1970 a 30/04/1974, num total de 1.535 edições¹⁵, disponíveis na biblioteca da Universidade Católica de Santos. Nesse período o diretor era Paulo Vergara e o editor-chefe Luiz Mascarenhas Neto. O jornal media 57 cm x 8 colunas e apresentava 16 páginas. Aos domingos, eram dois cadernos, sendo que em 1974 foram acrescentados os cadernos *Estorietas* e *Jornal da Criança*, tendo como editor-chefe, José Alberto Moraes Alves Blandy.

Do ano de 1970, foram averiguadas 339 edições e, em 51 delas, foram publicadas matérias referentes à Portugal. Houve a publicação de mais de uma notícia em oito edições e em duas, a notícia se deu na capa. Foram publicadas 64 matérias sobre Portugal. A média do tamanho das notícias foi de 11,6 cm x 3 colunas.



Verificou-se que em 15% das edições publicadas no ano houve notícias referentes a Portugal. Este percentual é superior aos anos posteriores e deve-se ao fato de que, em julho, Salazar faleceu, o que gerou uma série de matérias a seu respeito.

Citamos as matérias: “Crise de uremia é o mal de Salazar (19/07), Salazar está muito mal e pode morrer (27/07), Portugal chora a morte de Salazar, Salazar – reconstrutor do estado português, Quem foi Oliveira Salazar, Brasil de luto 3 dias pela morte de Oliveira Salazar (28/07), Salazar sepultado junto aos pais em Sta. Comba Dão (29/07)”.

Em Santos, o consulado de Portugal prestou homenagens, bem como a colônia portuguesa, conforme matérias de 28 de julho intituladas “Morreu Salazar e A Colônia Portuguesa de Santos manifesta seu pesar”.

A maioria das matérias dão conta do problema da Guerra Colonial, da existência dos movimentos de libertação e dos procedimentos da metrópole para sufocar tais movimentos (Houve uma notícias relatando aspectos positivos do Ultramar e oito negativos).

Ao analisar o jornal, encontramos algumas matérias do progresso de Portugal como em 19 de fevereiro, com a notícia “Congresso em Portugal” e em 23 de agosto, com “Portugal não desvaloriza o escudo”.

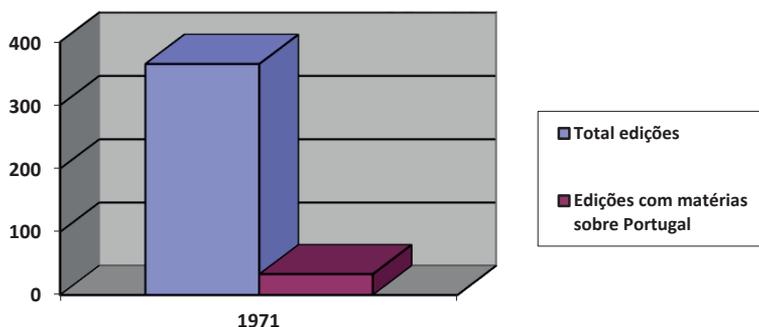
Todavia, a maioria das matérias trazem o descontentamento da população com a política praticada por Marcelo Caetano. Citamos as matérias: “Prisões em Portugal (24/02), Portugueses querem acabar com rebeldes (27/02), Movimento estudantil (22/04), Detenção em Lisboa (21/06), Padres detidos em Lisboa (25/06)”.

Vemos também uma simpatia dos governos brasileiro e português, como se pode conferir nas matérias: “Portugueses poderão ser até prefeitos (13/01), Portugueses lideram índice de

imigração (19/02), ministro Português chegou ontem ao Rio (22/04), Deputado português fala de integração (12/07)”.

Em Santos, a colônia se mostrava também simpática à metrópole, como se pode observar das notícias: “Rotary santista homenageou portugueses (01/05), Almoço vai integrar lusos e brasileiros (06/06), A prefeitura Municipal de Santos Aos Portugueses (10/06)”.

Do ano de 1971, foram pesquisadas 365 edições e, em 33 delas, foram publicadas matérias referentes à Portugal, num percentual de 9%. Em cinco edições houve a publicação de mais de uma notícia. Não houve matéria de capa. No total, 38 matérias, com tamanho médio de 18,5 cm x 3 colunas.



Neste ano, apesar de constar um número menor de matérias do que no ano anterior, o jornal segue a mesma linha, apontando a política falha de Marcelo Caetano, tanto na metrópole quanto no ultramar.

Citamos as matérias negativas, em maior número: Polícia ocupa universidade de Coimbra (19/02), Senador dos EUA acha que ajuda a Portugal perpetua Colonialismo (30/12).

Com relação à metrópole encontramos matérias positivas: Portugal dá combate à poluição (14/03), Reformas em Portugal: Imprensa está a caminho da liberdade (16/06).

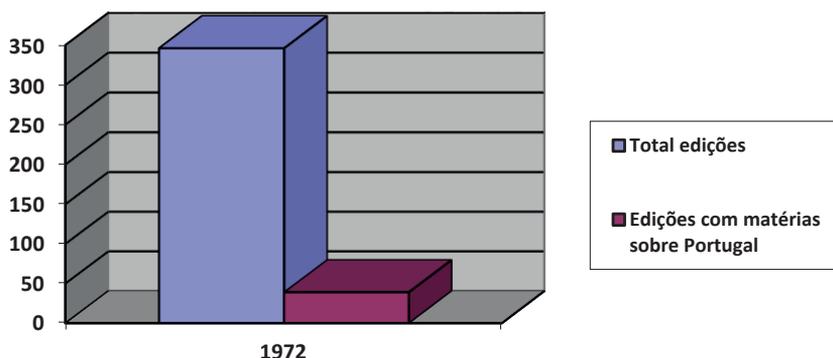
Também com relação às colônias, temos apenas uma matéria salientando o êxito da política adotada e as demais (três) demonstrando os problemas do ultramar.

Apesar do posicionamento do jornal, o governo brasileiro simpatizava e apoiava o governo Português, como podemos conferir adiante: “Brasileiros poderão votar e ser votados em Portugal (12/03), Portugal e Brasil assinam hoje a reforma ortográfica (20/04), Patrício no Brasil (26/04), Acordo assinado: direitos iguais para os portugueses (09/09)”. Merece destaque a matéria “Brasil e Portugal fazem acordo para aumentar os seus negócios” de 5 de junho, em que o ministro da fazenda Delfim Neto viajou à Portugal e encontrou o presidente Américo Tomás e o primeiro ministro Marcelo Caetano para tratar de assuntos relacionados a economia e finanças.

Como no Brasil, Santos também mostra simpatia pela política portuguesa. Temos a recepção pelo cônsul de Portugal de Santos, Francisco Treichler Knopfli, a estudantes portugueses que visitaram vários lugares, inclusive Santos. É o que demonstram as notícias de 10 e 12 de abril, intituladas “Estudantes portugueses não conseguiram ir a Brasília e estudantes da Universidade Técnica de Lisboa nos visitam. Temos ainda as matérias Portugueses saudosistas partem de Santos para rever sua terra (07/05) e Comunidade Lusíada receberá homenagem em Praia Grande (30/07)”.

No ano de 1972, foram averiguadas 346 edições, e em 39 delas, foram publicadas matérias referentes à Portugal. Em seis edições houve a publicação de mais de uma notícia e em

duas, esta se deu na capa. No total, foram 48 notícias com tamanho médio de 16 cm x 3,5 colunas.



Neste ano, o Brasil recebeu a visita do Presidente e do Primeiro Ministro de Portugal, Américo Tomás e Marcelo Caetano, respectivamente, o que provocou um aumento comparado ao ano anterior. As notícias alcançaram o percentual de 11% das edições.

Os eventos geraram uma grande cobertura, conforme as matérias: “Brasil receberá o Presidente Thomás (28/03), Mensagem de Marcelo Caetano parabéns pelo êxito da visita, Américo Tomaz em Brasília, hoje e amanhã: cinco encontros com Médici, Thomaz encerra hoje visita oficial ao Brasil, Médici e Thomaz na homenagem a Camões, Médici e Marcelo Caetano chegam para as comemorações (07/09), 18 mil homens desfilam na capital (08/09), Festas terminaram, Médici e Caetano deixam S. Paulo (09/09)”.

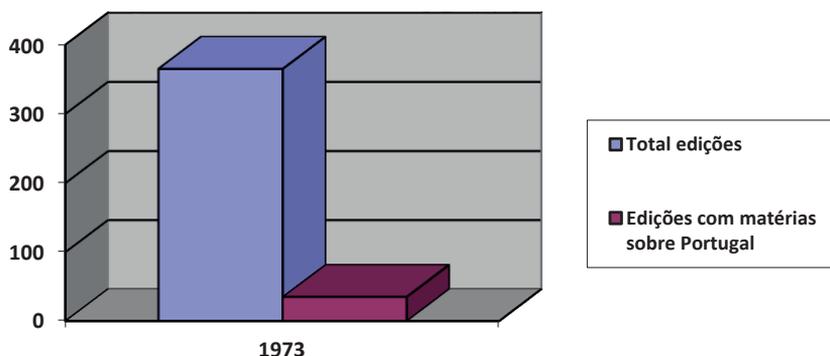
O governo brasileiro se identificava com o governo português e vice-versa, tanto que Médici anunciou visita à Portugal, conforme notícia de 26 de abril “Será em 73 a viagem de Médici a Portugal”.

Neste ano, várias foram as publicações de acordos entre Brasil e Portugal. Vejamos as notícias: “Brasil e Portugal: em estudo ainda a igualdade de direitos (10/02), Proposta uma aliança entre Brasil e Portugal para dominar o atlântico sul (08/06), Premiere Marcelo Caetano paraninfo na Guanabara (03/09)”.

Também foi mostrado os êxitos do governo: ‘Américo Thomaz, candidato a presidente por mais 7 anos (03/07), O novo Ministro quer baixar o custo de vida (014/08), Caetano, a presença de Portugal (02/09)”.

Com relação ao descontentamento com a política adotada (tanto na metrópole quanto no ultramar) temos as matérias: “Atentados terroristas contra a posse de Américo Thomaz (10/08) e Portugal refuta as acusações de repressão nas colônias (10/02)”.

Do ano de 1973, foram averiguadas 365 edições e, em 35 delas, foram publicadas matérias referentes à Portugal, em um percentual de 9,5%. Em cinco edições houve a publicação de mais de uma matéria e em cinco, a notícia se deu na capa. No total, notícias com tamanho médio de 14,8 cm x 3 colunas.



A quantidade de matérias publicadas nas capas deve-se ao fato do Presidente Garrastazu Médici ter viajado à Portugal.

Houve grande cobertura, conforme matérias: “Médici em Portugal: 14 de maio (31/03), Medidas em Portugal para receber Médici, Amanhã o embarque do Presidente (12/05), Médici em Lisboa: Brasil e Portugal, uma só pátria, Médici chega a Portugal: festiva recepção, Condecorações e encontro reservado com Caetano, Os discursos, no aeroporto (15/05), Médici e Thomaz decidem: mais união, O Presidente volta hoje (19/05)”.

Destaca-se que Médici foi acompanhado por dois santistas, conforme matéria de 11/05, “Portugal: 2 santistas com Médici”, contendo depoimento do cônsul de Portugal em Santos, Francisco Treichler Knopfli dizendo que não existe cidade mais portuguesa do que Santos e por isso foram escolhidos os presidentes do Rancho Folclórico do Tricinas de Coimbra e do Centro Português para acompanhar Médici em sua ida à Portugal.

Noticiou-se matérias de reciprocidade entre os governos, como se observa a seguir: “Portugal em palestra (14/06), Brasil-Portugal super potência (12/09), Brasil-Portugal, via cabo (25/09), Portugal recebe seu embaixador (03/12)”.

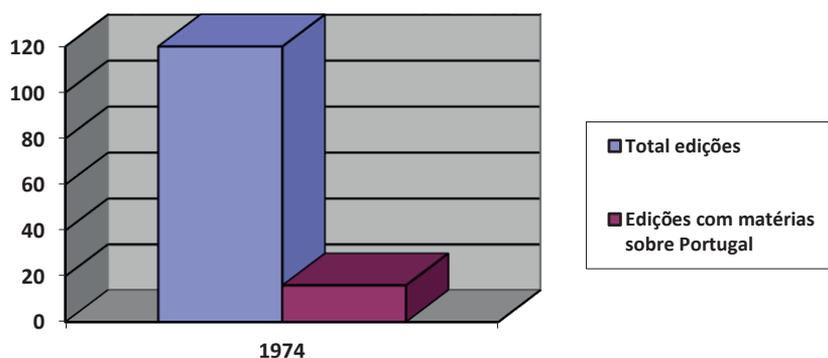
O jornal apresentou as dificuldades do governo português nas matérias: “Lisboa atentados contra quartéis matam 2 pessoas (10/03), Quarta explosão em quartel em Lisboa: não há vítimas, Lisboa: mortos pelas bombas eram terroristas (12/03), Portugal reprime atividade do terceiro congresso de oposição (08/03), Protestos contra a visita de Caetano (19/07). E também os problemas com a política nas colônias: Europa inicia investigação sobre matança de africanos (13/07), Marcelo Caetano desmente chacinas em Moçambique (28/07)”.

Houve uma matéria com relação às habilidades do primeiro ministro: “Caetano confessa que é liberal” (07/05).

Em Santos havia manifestação a favor da política colonial, conforme matéria de 19 de junho, “Cultura portuguesa lembrada na FAFI”. Temos também manifestação do cônsul sobre o dia de Portugal na matéria de 12 de junho.

Ainda em Santos temos a chegada do embaixador de Portugal José Hermano Saraiva que recebe dois títulos, contida na edição de 07 de agosto.

Por fim, do ano de 1974, até 30 de abril, foram averiguadas 120 edições e, em 16 delas, foram publicadas matérias referentes à Portugal, representando 13%. Em sete edições houve a publicação de mais de uma matéria e em oito, a notícia se deu na capa. Foram constatadas 23 matérias com média de 10,6 cm x 4 colunas.



Neste curto período de tempo é possível observar o aumento nas publicações referentes a Portugal, por conta da queda do regime, consequentemente as notícias renderam diversas capas.

Houve apenas uma matéria em que o governo acenava que a crise estava sob controle: “Clima de tensão desaparece e Lisboa vive um dia tranquilo” (14/03).

O Cidade de Santos publicou diversas notícias que demonstravam a instabilidade e crise no governo de Marcelo Caetano. Citam-se as matérias: “Explodiu em Portugal a revolução nos quartéis, Portugal enfrenta revolta militar (17/03), Lisboa: detido mais um alto oficial (18/03), Portugal: manifesto militar ataca o governo (23/03), Solução da crise depende da situação das colônias (25/03), Lisboa: terror destrói navio militar (10/04) e Exército português depõe governo e assume poder (26/04)”.

Posteriormente surgiu matéria sobre o novo governo: “Junta Militar no poder (27/04), Portugal: o povo apoia a junta (28/04), O retorno dos exilados, Começa a volta de exilados pelo regime salazarista (29/04)”.

3.2. Jornal A Tribuna

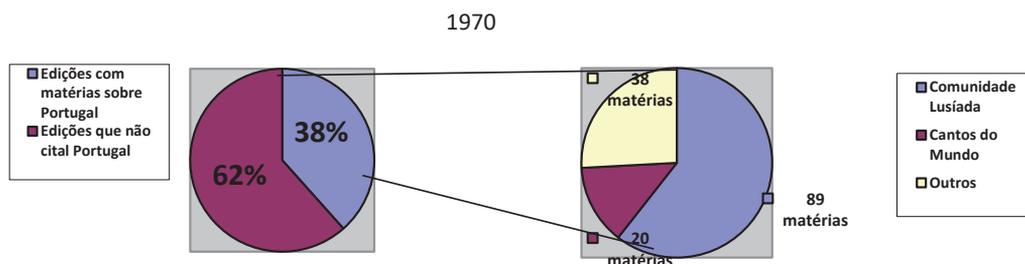
Em 1894, o maranhense Olimpio Lima fundou o jornal A Tribuna do Povo, que circulava duas vezes por semana e dois anos depois se tornou um jornal diário. Com sua morte, o jornal foi adquirido em 1907, por Manuel Nascimento Junior. Em 1912, já com o nome de A Tribuna, iniciou-se um processo de modernização. Em 1959, com o falecimento de Nascimento Junior, o jornal passou para seu genro, Giusfredo Santini, sendo iniciada uma nova fase de modernização. O jornal passou para o Sistema A Tribuna de Comunicação, incluindo TV, rádio, outros jornais, jornal digital, além de um instituto de pesquisas.

Em 1990, com a morte de Giusfredo, seu filho Roberto Mario Santini, que atuava com superintendente, assumiu a direção do grupo onde permaneceu até 2007. Com seu falecimento a presidência passou para Marcos Clemente Santini.

Em 9 de julho de 1952 foi publicada pela primeira vez a coluna Comunidade Lusíada, a qual tratava de assuntos relacionados ao noticiário de Portugal e das províncias ultramarinas, com espaço para as comunicações das associações portuguesas e luso-brasileiras de Santos. O jornal abria espaço para a coluna duas vezes na semana.

Pesquisou-se do período de 01/01/1970 a 30/04/1974, num total de 1.538 edições¹⁶, disponíveis na Hemeroteca Roldão Mendes Rosa. Nesse período o Diretor-Presidente era Giusfredo Santini e o Diretor-Superintendente Roberto Mário Santini. O jornal media 54 cm x 8 colunas, dividido em dois cadernos. Aos domingos possuía quatro cadernos.

Do ano de 1970 foram averiguadas 333 edições e, em 128 delas, foram publicadas matérias referentes à Portugal. Em 14 edições houve a publicação de mais de uma notícia. Foram publicadas três capas. Publicou-se 147 matérias, distribuídas nas colunas *Comunidade Lusíada*¹⁷ e *Cantos do Mundo*, bem como no decorrer do jornal.



O tamanho médio das notícias é de 28,4 cm x 3 col. E na tabela abaixo temos as medidas de acordo com a distribuição das matérias nas edições.

	Comunidade Lusíada	Cantos do Mundo	Outras Editorias
Medidas	39,9 cm x 3 col	4,7 cm x 2 col	13,8 x 3 col

Após analisar o teor das matérias publicadas em 1970 é possível identificar uma simpatia entre os governos brasileiro e português, como quando Marcelo Caetano homenageia Ouro Preto, conforme notícia de 11 de janeiro, bem como quando o Brasil envia o Ministro do Interior Costa Cavalcanti¹⁸ para Lisboa, a fim de visitar as obras de irrigação, com matérias publicadas em 27 e 28 de maio com os títulos “Costa Cavalcanti em Lisboa” e “Costa Cavalcanti chega a Lisboa e vê planos de irrigação do Alentejo”, respectivamente. No dia 07 de junho, o próprio Costa Cavalcanti fala de sua visita à Portugal.

Esta identificação ainda é encontrada nas matérias: “Lições sobre a cultura brasileira em Coimbra (09/04), Cento e vinte bolsas de estudos para brasileiros em Portugal (21/06)”.

Também podemos observar que o Brasil tinha interesse nas colônias portuguesas na África, com as matérias: “Ultramar português interessa ao Brasil (22/03), Autorizada a VARIG a operar em Angola (12/04), Inaugurada a linha da VARIG para Angola (30/07), Realidade do Ultramar deturpada (11/10)”.

Em Santos o deputado António Martins da Cruz¹⁹ foi homenageado, conforme matérias de 05 de julho “Deputado Martins da Cruz terá homenagem em Santos” e em 09 de julho “Homenagem a Martins Cruz será no Centro Português”. Em Cubatão houve homenagem ao cônsul António Baptista Martins que retornava a Lisboa conforme notícia de 15 de outubro “Amanhã em Cubatão a homenagem ao cônsul”.

O próprio jornal *A Tribuna* noticiou no dia 14 de novembro (“Nôvo Cônsul de Portugal chega falando das belezas de Santos”) que o cônsul António Baptista Martins fora se despedir de Giusfredo e Roberto Santini e apresentar o novo cônsul Francisco Treichler Knopfli, pedindo a mesma atenção que recebia.

Também foi noticiado, em 26 de agosto, o ingresso de Marcelo Caetano na Academia Brasileira de Letras e ainda homenagens a ele em 17 de setembro.

Em 27 de agosto foi salientado a visita de Rui Patrício²⁰ a Expo-70, ocorrida no Japão, onde havia um Pavilhão Português.

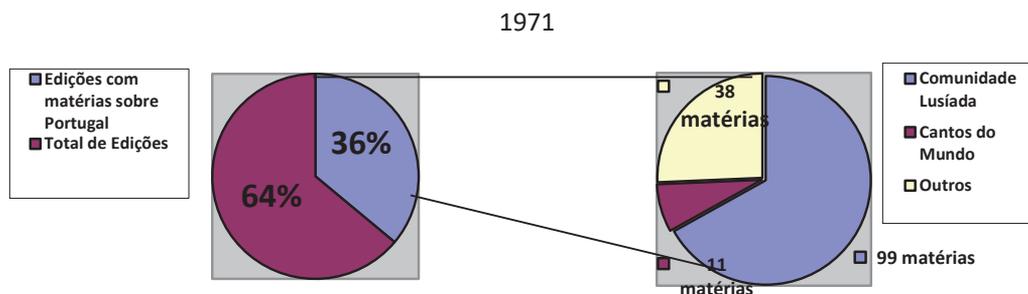
Ainda foi noticiado, no dia 14 de setembro, a Missão Brasileira em Lisboa, bem como anunciou-se, em 29 de outubro, que Médici faria sua primeira visita a Portugal, além de ter sido noticiado as visitas dos governadores da Bahia e do Rio Grande do Sul, em 13 e 27 de dezembro.

Pode-se observar uma reciprocidade entre Brasil e Portugal.

O governo português é exaltado, sua modernização e os feitos no Ultramar. Citamos as seguintes matérias: “Formados em Moçambique os primeiros médicos (04/01), Aumentam em Portugal salários industriais (05/02), Portugal na integração econômica europeia (15/03), Não há analfabetismo em S. Tomé e Príncipe (05/04), Portugal no mercado comum (06/04), Lisboa terá nova ponte sobre o Tejo (05/07), Exportações portuguesas: década de crescimento (06/09), Marcelo Caetano promete reformas, Moçambique possui nova barragem (22/11),

Neste ano de 1970 ocorreu o falecimento de Antônio de Oliveira Salazar, que era constantemente enaltecido nas matérias. Obteve diversas homenagens, de diferentes setores: “Salazar à morte (27/07), Honras fúnebres para Oliveira Salazar, Faleceu ontem Oliveira Salazar, Cônsul envia mensagem à colônia portuguesa pela morte de Salazar, Brasil decreta luto oficial pela morte de Oliveira Salazar (28/07), Morreu o velho político português, Oliveira Salazar foi um dos baluartes da república portuguesa, Exaltação a Salazar pelo Almirante Américo Tomás (02/08)”.

No ano de 1971 foram examinados 363 edições e em 131 delas foram publicadas matérias referentes à Portugal. Houve a publicação de mais de uma notícia em nove edições e em cinco a notícia se deu na capa. Foram publicadas 148 matérias sobre Portugal, distribuídas nas colunas *Comunidade Lusíada* e *Cantos do Mundo*, bem como no decorrer do jornal.



O tamanho médio das notícias é de 33,1 cm x 4 col. E na tabela abaixo temos as medidas de acordo com a distribuição das matérias nas edições.

	Comunidade Lusíada	Cantos do Mundo	Outras Editorias
Medidas	43,5 cm x 4 col	6,0 cm x 2 col	13,8 x 2 col

Seguindo o mesmo viés do ano anterior, o jornal se mostrava simpatizante do atual governo de Portugal, eram periodicamente publicadas matérias enaltecendo o governo português, quer seja na economia, saúde, educação, política externa e no ultramar.

As notícias tratavam de mostrar como crescia a economia portuguesa no governo de Marcelo Caetano, citamos as matérias abaixo:

“Conselheiro da Embaixada do Brasil em Lisboa (14/01), Preços dos remédios mesmos de há 20 anos (17/01), Satisfatória a expansão da economia portuguesa (21/01), Nova taxa

de desconto do Banco de Portugal, Mensagem de Marcelo Caetano (16/02), Política industrial do governo português, Portugal vai construir outra represa, Uma central nuclear para a metrópole (25/03), Portugal negocia com mercado comum (28/03), Novas modalidades de fomento à pecuária (11/07), Cresce a região central de Portugal (29/07), Tendência expansionista na indústria de Portugal, Curso de Direito: Marcelo inaugurou (08/08), Américo Tomás quatorze anos na chefia da nação (15/08), Marcelo Caetano fez 65 anos (22/08), Portugal bem com o mercado comum (23/12), Fala de Marcelo Caetano a portugueses imigrados, Homenagem a Marcelo Caetano (30/12)".

Com relação às colônias portuguesas na África, o jornal sempre explicitava como essas cresciam de maneira exorbitante.

No ano de 1971, surgiram diversas acusações da ONU contra Portugal²¹, o jornal tratou os acontecimentos de maneira amena, publicando poucas matérias (sete) comparado ao montante a favor dos feitos do governo português nas colônias africanas (vinte e nove) e não mostrava a gravidade da guerra do ultramar e as repercussões externas.

Também foram publicadas notícias criticando a política adotada por Marcelo Caetano, seja por parte dos portugueses ou dos brasileiros. Todavia, tais notícias foram poucas se comparadas às referentes ao bom desempenho do governo. Elencamos algumas notícias negativas: "Enfrenta o governo agitação estudantil (28/01), Bomba em base aérea portuguesa (10/03).

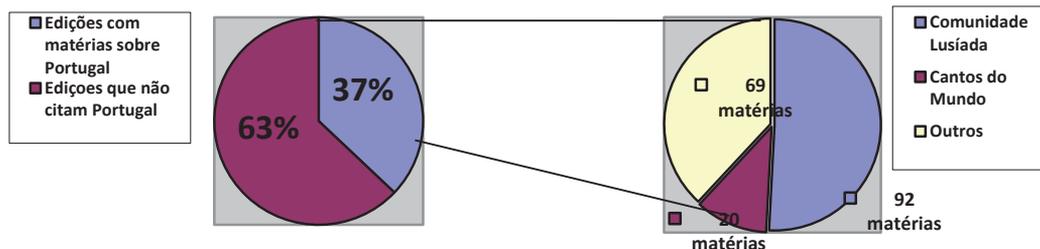
No diário e especificamente dentro da coluna Comunidade Lusíada havia espaço cativo para noticiar as boas relações entre portugueses e brasileiros, mostrando acordos bilaterais, homenagens tanto por parte do Brasil quanto de Portugal, visita de políticos aos dois países. Citamos as seguintes notícias de integração Brasil-Portugal: "Biblioteca brasileira em Viana do Castelo (17/01), Brasil e Portugal terão acordo de bitributação (31/01), Os benefícios do Acordo que Delfim ratificará em Lisboa (03/06), Chanceler português chega para assinar acordos bilaterais, (08/09), Banco do Brasil terá agência em Lisboa (26/09)".

Ainda na coluna Comunidade Lusíada foram identificadas algumas notícias referente a união de Portugal com a cidade de Santos. São elas: "Ogando dos Santos volta ao consulado (01/08) e Ogando é o vice-cônsul de Portugal em Santos (23/09)". José Augusto Martins Ogando dos Santos foi inclusive homenageado pela Prefeitura da Cidade de Santos em 2016, que construiu um busto, na Praça dos Expedicionários, em face da sua dedicação à comunidade portuguesa e à cidade.

No ano de 1971 *A Tribuna* publicou uma série de matérias sobre a viagem realizada por um grupo de brasileiros e portugueses do Brasil, juntamente com Antônio F. Sarabando, quem escreve as matérias publicadas e do diretor do jornal Giusfredo Santini, para Moçambique e Angola, para participar da VIII Convenção Elista. Matérias²² essas que exaltam Moçambique e Angola, mostram o bom desenvolvimento dos países, suas belezas e seu saldo comercial positivo, deixando claro para quem analisa o material publicado de que a linha do jornal, bem como de seus donos Giusfredo Santini e Roberto Mario Santini, era de simpatia ao governo português e a favor da política colonial do país europeu.

No ano de 1972 foram averiguadas 364 edições e em 135 delas foram publicadas matérias referentes à Portugal. Em 40 edições houve a publicação de mais de uma notícia e em 19 se deu na capa. Foram um total de 181 notícias.

1972



O tamanho médio das notícias é de 32,4 cm x 3,8 col. E na tabela abaixo temos as medidas de acordo com a distribuição das matérias nas edições.

	Comunidade Lusíada	Cantos do Mundo	Outras Editorias
Medidas	49,4 cm x 5 col	4,6 cm x 2 col	17,8 x 3 col

A linha de pensamento do jornal continua a mesma dos anos de 1970 e 1971, estendendo-se até 1974, pró governo português, pró políticas coloniais. Tendo em vista que a direção e os proprietários de *A Tribuna* se mantiveram os mesmos, as matérias e a coluna também se mantiveram no mesmo formato dos anos anteriores.

A esmagadora parte das notícias se tratava de feitos positivos do governo. Segue abaixo matérias listadas:

“Lisboa condecora Marcelo Caetano (06/01), Portugueses não terão impostos aumentados no decorrer de 1972 13/01), Investimentos dão mais empregos (27/01), Maiores verbas para educação e saúde (06/02), Palavras de Marcelo Caetano para mulheres portuguesas (02/03), Marcelo Caetano expôs as suas ideias com relação à política (25/05), Participação portuguesa nas decisões da OTAN (04/06), Governo busca impedir encarecimento da vida, Agricultura portuguesa receberá novos rumos, Reforma geral do ensino superior português (11/06), Américo Thomaz reeleito (26/07), Américo Thomaz mais sete anos na chefia do Estado Português, Portugal está na associação europeia do livre comércio (27/07), Portugal vai construir várias auto-estradas, Portugal dá estímulos ao ensino particular (26/10)”.

Contrastando com a quantidades de notícias pró governo português, temos as notícias que continham informações vista como negativas para o governo de Marcelo Caetano: “Mais bomba explode em Lisboa (30/01), Continuam a ocorrer em Lisboa os motins estudantis (20/05)”.

A respeito do Ultramar português, o jornal seguiu a mesma linha do anterior, publicando esporadicamente as acusações da ONU.

No ano de 1972, as matérias Brasil-Portugal ganharam bastante espaço decorrente de diversos eventos e visitas políticas. Américo Tomás veio ao Brasil e encontrou o presidente Médici, gerando uma cobertura sobre sua estadia no Brasil.

Vejam os títulos: “Américo Tomás no Brasil (07/01), Viagem de Américo Thomaz (04/02), Comunidade luso-brasileira do Rio homenageará Presidente de Portugal (06/04), Médici espera Américo Thomaz (20/04), Thomaz em São Paulo exalta igualdade, As homenagens de São Paulo ao Presidente Thomaz (27/04), Vatapá para Américo Thomaz em Salvador (29/04), Américo Thomaz chega a Salvador, final da visita ao Brasil (30/04)”.

No mesmo ano Médici recebeu em território nacional o então presidente do Conselho de Ministros Marcelo Caetano, o que também proporcionou diversas matérias publicadas sobre sua estada. A este respeito temos listado os títulos: “Prof. Marcelo Caetano no dia 6 em São Paulo (27/08), Caetano em São Paulo, Médici entrega comenda (07/09), Lisboa vê a visita de Caetano (08/09), Caetano viaja (09/09), Caetano impressionado com o Brasil (10/09)”.

Após visita de Américo Tomás e Marcelo Caetano, mais uma vez vê-se a proximidade ideológica do governo brasileiro e português, o que levou Médici a anunciar que visitaria Portugal no ano seguinte. Confira-se: “Médici irá a Portugal (11/05), Médici visitará Portugal em maio (17/12)”.

Ademais, foi anunciada a abertura de uma Agência do Banco do Brasil em Lisboa, a qual foi inaugurada pelo então Ministro da Fazenda Delfim Neto, além de matérias de acordos bilaterais e de homenagens Brasil-Portugal e Portugal-Brasil. Neste sentido: “Portugal importará carne do Brasil (30/01), Caetano: independência do Brasil foi como o nascimento de um filho (13/04), Agência do BB em Lisboa inaugura-se no dia 22 (11/05), Caetano: aberto os caminhos para o destino comum luso-brasileiro (14/05), Delfim já em Lisboa para inaugurar BB (21/05)”.

Observamos ainda a identidade da cidade de Santos com o governo português, com a matéria de 28 de maio, “Aplaudido por Marcelo Caetano apoio de “A Tribuna” à comunidade lusíada”. Em viagem a Lisboa, os santistas Alceu Martins Parreira e Alberto Ferreira dos Santos encontraram o presidente do Conselho Marcelo Caetano que, em conversa, parabenizou *A Tribuna* pelo trabalho prestado à comunidade luso-brasileira local. Na mesma viagem, Alceu Parreira recebeu em Arouca, o título de Cidadão Arouquense.

Em Santos, foi pedido, através dos porta-vozes Alceu Martins Parreira e Alberto Ferreira dos Santos, que Marcelo Caetano realizasse uma visita a Santos, a fim de atender o desejo da comunidade portuguesa, conforme se verifica da notícia “Possíveis visitas do Prof. Marcelo Caetano a Santos”, de 29 de junho²³.

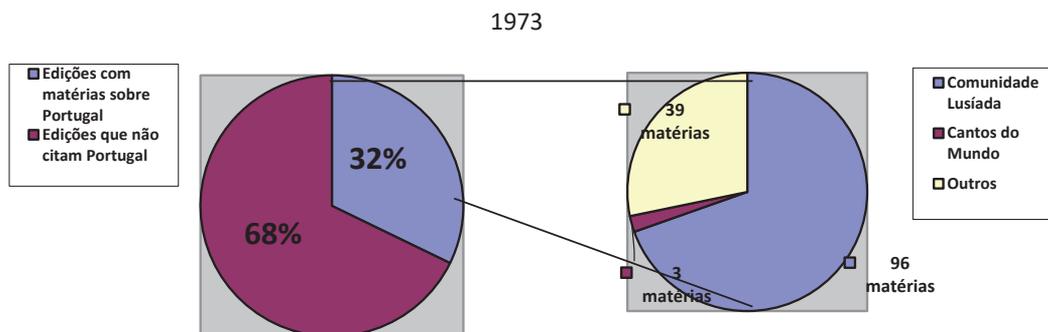
Por fim, vemos matéria elaborada pelo Cônsul de Portugal em Santos e publicada em 17 de setembro (“O potencial sócio-econômico da comunidade lusíada por Francisco Treichler Knopfli, cônsul de Portugal”), a demonstrar a receptividade do jornal com os representantes do governo português.

No dia 13 de julho foi publicada notícia relativo aos 20 anos da coluna Comunidade Lusíada, com o título “Vinte anos a serviço de Portugal e Brasil”. Tal título se repetiu nos dias 16, quando o advogado Celso Augusto Amazonas Duarte, 1º Secretário do Clube 21 Irmãos Amigos congratulou o jornal pela publicação da coluna; 20, quando o Cônsul de Portugal, Francisco Treichler Knopfli, por conta do 20º aniversário da Comunidade Lusíada, homenageou tanto Giusfredo Santini, bem como a coluna pelos serviços prestados à comunidade; 30, tanto Eduardo Dias Coelho, presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência, como a Escola Portuguesa enviaram ofício com felicitações ao 20º aniversário da coluna; 13 de agosto, com o coquetel oferecido pelo Cônsul de Portugal em homenagem aos 20 anos da coluna e em 05 de outubro, Dutra de Faria, diretor da Agência de Notícias e Informação (ANI) de Lisboa e Antonio Laeth de Magalhães, representante da mesma agência no Rio de Janeiro congratularam o diário pela coluna.

Merece destaque a matéria publicada em 28 de maio: “Nova lei de imprensa em vigor a 1º de junho em Portugal”. Quando da publicação da Lei de Imprensa, a jornal elencou tecnicamente os objetivos da lei e ressaltou que as limitações de liberdade tinham apoio em

diplomas legais. Não houve qualquer comentário a respeito da violação da liberdade individual, de expressão e de opinião e da imposição de censura.

No ano de 1973 foram averiguadas 360 edições e, em 116 delas, foram publicadas matérias referentes à Portugal. Em 16 edições houve a publicação de mais de uma matéria e nove notícias se deram na capa.



O tamanho médio das notícias é de 36,0 cm x 4 col. E na tabela abaixo temos as medidas de acordo com a distribuição das matérias nas edições.

	Comunidade Lusíada	Cantos do Mundo	Outras Editorias
Medidas	43,6 cm x 5 col	4,6 cm x 2 col	19,8 cm x 3 col

Como mencionado no ano anterior, segue grande quantidade de matérias a respeito da boa gestão do governo português: “Modelar escola de enfermagem inaugurada por Américo Thomaz (04/01), Aumentam exportações lusas para a Comunidade Europeia (25/01), Portugal não esquece as suas mais longínquas províncias, Caetano critica oposição (11/04), Marinha mercante portuguesa continua em franca expansão (08/07), Marcelo Caetano inaugurou um novo Tribunal de Vagos (15/07), Américo Thomaz inaugurou melhoramentos na Madeira (20/09), Ensino ao alcance de todos (27/09), Marcello Caetano visita obras (04/10), Crescimento acelerado é a meta (04/11)”.

Da mesma forma, existem poucas matérias relacionadas ao descontentamento da população com as políticas governamentais. Cita-se os títulos: “Quatro explosões abalaram Lisboa (11/03), Incidentes estudantis em Lisboa (13/05), Lisboa sofre novo ataque terrorista (18/05)”.

No que diz respeito à política no ultramar, novamente vemos matérias salientando o progresso das colônias africanas que estavam sob o jugo de Portugal em contraste com as poucas matérias relatando os problemas da dominação portuguesa.

Neste ano de 1973 o Presidente Médici viajou à Portugal, o que trouxe diversas matérias a respeito da visita, do bom relacionamento do presidente brasileiro com os representantes de Portugal. Citamos as matérias: “Presidente de Portugal exalta a comunidade Luso-Brasileira (04/01), Portugal constrói em Brasília nova e imponente embaixada (01/04), Brasil-Portugal, Médici em Portugal (15/05), Portugal disposta a ouvir Brasil sobre as colônias, Portugal ouvirá opinião brasileira, Médici tem acolhida festiva, Porto e Brasil: intimidade, Recepção na Câmara de Lisboa (17/05), Brasil-Portugal divulgam hoje nota conjunta, Homenagem de Lisboa a Médici (18/05), Médici regressa hoje, fatos novos (19/05), Américo Thomaz elogia Brasil (22/11)”.



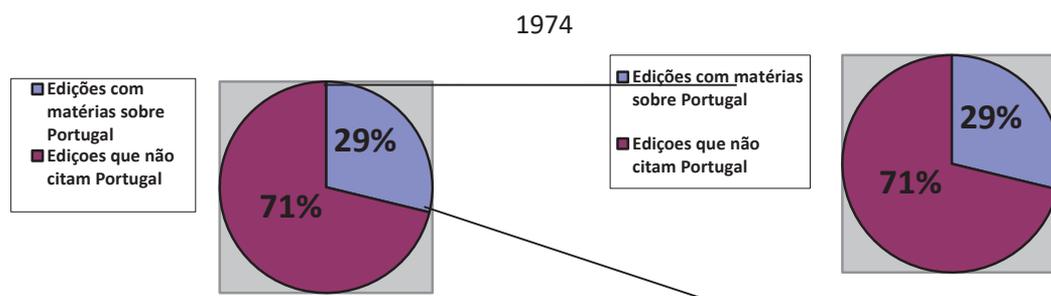
Em Santos foram várias as demonstrações de alinhamento com o governo português, como pode ser observado nas notícias: “Diplomata português²⁴ esperado em Santos (15/02), Diplomata luso em Santos (18/02), Representantes de Santos nas homenagens a Médici (10/05), Embaixador de Portugal²⁵ fará visita a Santos (13/05), Embaixador de Portugal vem a Santos no mês de agosto (07/06), “Cidadão Emérito” para embaixador de Portugal (21/06), Embaixador luso vem a Santos (19/07), Confirmada a visita a Santos do embaixador de Portugal, Protestos contra a campanha difamatória de Portugal (22/07), Programa de homenagens em Santos (26/07), Homenagem ao embaixador de Portugal (29/07), Programa da visita do embaixador, Visita do embaixador será dia de festa em Cubatão (02/08), Carinhosas homenagens ao embaixador de Portugal (05/08), Recepção festiva ao embaixador português, Cubatão recebe a visita do embaixador de Portugal (07/08), Saudação a Américo Thomaz (25/11), Francisco Knopfli cidadão santista (02/12)”.

Como visto acima, várias foram as homenagens ao Embaixador José Hermano Saraiva na baixada santista, demonstrando amizade entre Santos e Portugal.

Saliente-se que na matéria do dia 25 de novembro, o santista Eduardo Dias Coelho, o qual recebeu o título de Presidente de honra do Conselho Superior do Elos Internacional da Comunidade Lusíada, foi designado a fazer o discurso de saudação do Presidente da República de Portugal, Américo Thomaz, durante a sessão de instalação da IX Convenção Elista, na capital portuguesa.

Temos ainda, nos dias 29 de março e 02 de agosto homenagem a *A Tribuna* e seu dirigente, conforme se vê na matéria “Cônsul de Portugal felicita “*A Tribuna*””, na qual Francisco Treichler Knopfli, na data do aniversário do jornal elogia Roberto Santini, bem como na matéria “Comenda Lusíada a Guisfredo Santini”.

Finalmente, no ano de 1974, até 30 de abril, foram averiguadas 118 edições e, em 34 delas, foram publicadas matérias referentes à Portugal. Em sete edições houve a publicação de mais de uma matéria e em seis a notícia se deu na capa. Foram constatadas 49 matérias, não havendo notícias na coluna Cantos do Mundo.



O tamanho médio das notícias é de 31,5 cm x 3,5 col. E na tabela abaixo as medidas de

	Comunidade Lusíada	Cantos do Mundo	Outras Editorias
Medidas	43,0 cm x 4 col	-----	20,6 cm x 3 col

No último ano do período analisado, A Tribuna segue a mesma linha dos anos anteriores, o que surpreende, pois em 24 abril Marcelo Caetano e Américo Tomás foram depostos do governo português. Para quem acompanhava periodicamente a publicação da Comunidade Lusíada, não era compreensível o que levou a queda do governo português.

Para explicitar, analisamos notícias a favor e contra o governo e, mais uma vez, temos a preponderância de notícias do desenvolvimento de Portugal e eram poucas as notícias que colocavam em discussão a instabilidade que o governo luso enfrentava. Abaixo, o primeiro bloco contém as notícias positivas e no segundo as referentes a fragilidade do governo.

“Portugal produzirá seu petróleo (06/01), A política portuguesa dismantelou perigosas organizações terroristas, Caetano: fé no futuro (04/04)”.

“Marcello Caetano aconselha calma ao povo português (17/03), Portugal retorna à calma, mas tropas permanecem alertas (19/03)”.

Com relação a política no Ultramar não foram publicadas notícias que criticassem a política colonial, dando a entender que os territórios portugueses na África viviam harmonia política com a metrópole e em pleno desenvolvimento.

Com relação ao governo brasileiro, temos demonstração de reciprocidade nas notícias: “Missão de exportadores portugueses” vai chegar a S. Paulo (28/02), Portugal na posse do General Ernesto Geisel (03/03). Vale ressaltar a notícia Declarações do deputado Cunha Bueno²⁶, de 28 de março, o qual faz manifestação a favor da política colonial de Portugal”.

O leitor absorvia informação de que o governo português enfrentava alguma desestabilização, mas não era possível depreender que haveria a queda do regime. A última matéria referente ao primeiro ministro Marcelo Caetano em 04 de abril trazia a manchete: “Caetano: fé no futuro”, sem mais nenhuma matéria publicada a respeito da situação política de Portugal, no dia 26 de abril temos, de supetão, a matéria de que Caetano é deposto e Spínola assume. Daí, seguiram-se matérias sobre o novo governo: “Portugal anistia presos políticos, Spínola promete futuro promissor aos portugueses, Mundo comenta o golpe e reage com otimismo (27/04), Brasil reconhece regime português (28/04), Portugal volta a rotina (29/04), Portugal libera ideologias, Novo Portugal (30/04)”.

3.3. Jornal Diário de Lisboa

O Diário de Lisboa se tratava de um jornal vespertino lisboeta, com sede no Bairro Alto, que circulou entre 1921 e 1990. Fundado por um banqueiro, Antônio Vieira Pinto e dirigido até 1988 por Ruella Ramos, o Diário de Lisboa se configurou como um dos mais importantes jornais portugueses do século XX.

Em 1989 o jornal começou a sentir as dificuldades econômicas, fechando suas portas dois anos depois, em 1990.

Escolhemos alguns momentos entre 1970 e abril de 1974, para visualizar a opinião do jornal português em relação ao governo e políticas brasileiras.

No ano de 1970, selecionamos a viagem do Ministro do Interior Costa Cavalcanti em sua visita para conhecer os planos de irrigação do Alentejo, noticiada nos jornais estudados, bem como no jornal Diário de Lisboa, na edição de 27 de maio. Cavalcanti foi muito bem recebido pelo governo português, onde políticos dos dois países mostravam simpatia e cordialidade.

No ano de 1971 foram efetuados diversos acordos bilaterais, noticiados em ambos os jornais santistas. Assim, selecionamos a matéria publicada em 26 de setembro, onde o embaixador de Portugal José Manuel Fragoso, teceu vários comentários a respeito dos acordos, além dos benefícios de se manterem relações comerciais, inclusive nas colônias portuguesas.

No ano de 1972 separamos três momentos marcantes no noticiário português em relação ao Brasil. Em maio é inaugurada pelo Ministro da Fazenda Delfim Neto, a primeira agência do Banco do Brasil em Portugal, onde foi ressaltada, na matéria do dia 23 de maio, a importância das trocas comerciais entre Brasil e Portugal.

O segundo momento selecionado foi a visita de Marcelo Caetano ao Brasil, escolhemos a capa da edição do dia 8 de setembro, onde a manchete e a foto por si só retratam a comunhão de interesses e a boa relação dos governos.

A terceira data selecionada foi a nomeação do novo embaixador português no Brasil, José Hermano Saraiva, em substituição de José Manuel Fragoso, publicada em 24 de outubro. Tal notícia também foi publicada nos jornais santistas a demonstrar a importância das relações entre Brasil e Portugal.

No ano de 1973, foi escolhido a viagem do Presidente Médici à Portugal. Selecionamos as matérias do dia 14 de maio: “Médici em Lisboa”, “Venho para ver de perto a realidade de uma Nação” e “O Brasil vive o futuro”. As notícias tratam de mostrar como o governo Médici estava se saindo bem e de como o Brasil passava por uma fase de crescimento econômico. As matérias criam a sensação de proximidade entre os governos português e brasileiro.

Por fim, no ano de 1974, escolhemos a notícia “Nada de especial se passou em Portugal”, com publicação no dia 2 de abril. Essa notícia foi escolhida por ter sido publicada no mesmo mês da queda do governo, mesmo assim, o Ministro das Corporações e Segurança Social, Silva Pinto, em visita à Espanha, declara que nada de anormal estava acontecendo em Portugal e que o governo mantinha no controle da situação.

3.4. Análise das Entrevistas

Foram entrevistados portugueses e descendentes, a fim de verificar se tinham conhecimento do período político que Portugal enfrentava e se consumiam os diários *Cidade de Santos* e *A Tribuna*, para se inteirarem dos assuntos.

Na pesquisa de recepção foram perguntados nacionalidade, idade, local de nascimento, se retornou ao território luso, se faz ou fazia parte dos movimentos portugueses, bem como qual a visão pessoal do governo de Salazar e do governo que o sucedeu, representado por Marcelo Caetano e se eram consumidos os respectivos jornais nos anos de 1970 a 1974.

Isabel Paixão e Theresa Gonçalves ensinam a técnica do bordado português e fazem parte da Associação das Bordadeiras do Morro São Bento. Elas tem mais em comum do que apenas o bordado português. Ambas, da Ilha da Madeira, deixaram Portugal aos 21 anos, juntamente com os esposos, em direção a América. Se estabeleceram em Santos nas décadas de 1940 e 1950.

Informaram que mesmo quando permaneciam em Portugal não eram esclarecidas com relação à política. Isabel não sabia ler e Theresa lia muito pouco. Chegando no Brasil, a situação não foi muito diferente, ambas não tinham noção da situação política em Portugal, como também não tinham da do Brasil.

Aníbal Nascimento Domingues, veio para Brasil aos 14 anos, acompanhado do pai em 15 de março de 1952, oriundo da Província de Beira Alta, distrito de Guarda. Disse que o pai veio para o Brasil porque muitos portugueses estavam indo em direção à América e que a América era uma opção melhor do que estar no velho continente.

Filho de estivador, lembra que o pai lia, mas lia pouco e não consegue se lembrar o que o mesmo costumava ler, mas se recorda de frequentar o Centro Português nos eventos.

Tanto Aníbal, Isabel e Thereza, deixaram para trás a terra natal e quando chegaram ao novo continente preservaram ao máximo a cultura portuguesa, seja através da culinária, da dança, do bordado. Frequentavam periodicamente o Centro Português e outros grupos portugueses, mas no quesito política, podemos perceber que as pessoas não tinham uma real noção do que acontecia tanto em terras brasileiras como lusas, identificamos um povo em constante busca por uma condição de vida melhor onde a prioridade era o trabalho.

Por fim, conclui-se que as matérias destinadas à colônia portuguesa eram consumidas por apenas uma parcela de portugueses que já acompanhava a política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Santos tem uma bagagem cultural enorme, vinda de diversas pessoas e lugares, principalmente de Portugal. Santos demonstra essa ligação na sua arquitetura, cultura, gastronomia, história e principalmente em sua gente. Investigar a história de Portugal é conhecer boa parte dos brasileiros.

Uma das explicações para o nome da cidade seria a semelhança geográfica entre o Porto de Santos em Lisboa, no rio Tejo, e da bacia santista.

Também o Morro Nova Cintra recebeu seu nome em homenagem à cidade de Sintra, em Portugal devido à semelhança topográfica entre os dois locais.

O português José Luís de Matos, teria batizado o morro de Nova Cintra, e o lago, de Lagoa da Saudade. O primeiro caminho de ligação com os outros morros também foi aberto pelos moradores portugueses e chamado de Caminho dos Ilhéus. Chama a atenção à semelhança das casas com as terraças da Ilha da Madeira.

Em 1871 foi feito um recenseamento e segundo Carvalho (2003) acusou a presença de 1.577 estrangeiros moradores na cidade, que na época possuía 7.585 habitantes. Desses, 931 eram portugueses, 255 africanos, 137 alemães, 75 franceses, 35 norte-americanos, 31 ingleses

e 18 italianos. Outro recenseamento, de 1913, encontrou, entre 88.967 moradores de Santos, 23 mil portugueses, 8.291 espanhóis, 3.164 italianos, 911 turcos, 651 japoneses, 478 alemães, 309 ingleses, 226 austríacos e 218 franceses.

Atualmente o IBGE não tem dados desse tipo, mas sabe-se que a maioria de estrangeiros ou descendentes que moram em Santos é de origem portuguesa. E os costumes, a língua, as tradições religiosas que trouxeram de sua terra acabaram por integrar-se aos costumes da região.

A Polícia Federal apresenta diversos dados da atual presença de imigrantes. O Brasil abriga atualmente cerca de 940 mil imigrantes permanentes. Como principal país de origem da população imigrante no Brasil está Portugal com 277.727 habitantes.

O presente trabalho mostrou quais foram as informações passadas pela imprensa santista a respeito do momento político de Portugal, sendo analisados um total de 3.073 edições.

Em ambos os jornais, ao verificarmos as notícias sobre Marcelo Caetano²⁷ e Américo Tomás²⁸, foram encontrados os dois nomes escritos de várias maneiras diferentes, inclusive na mesma matéria, mostrando assim a falta de cuidado na apuração dos fatos.

Da análise do diário *Cidade de Santos* conclui-se que o jornal fazia uma cobertura da Guerra Colonial, apresentando os problemas de tal política, mas as matérias eram publicadas com pouca frequência e bastante espaçadas. Mesmo assim, quando se tratava de notícias do continente se falava bem do governo de Marcelo Caetano, além de serem apresentadas as boas relações com o governo brasileiro.

Já *A Tribuna* quase não falava dos problemas do Ultramar, eram publicadas uma grande quantidade de matérias exaltando os feitos do governo português no território africano.

No período estudado foi possível identificar uma grande simpatia dos donos do jornal com o governo português, com a política colonial, com o embaixador, com os cônsules portugueses em Santos e com os movimentos culturais portugueses na Baixada Santista, sendo publicada quantidade esmagadora de notícias que exaltavam o governo de Marcelo Caetano e qualificava Portugal como uma grande potência europeia.

Mesmo as matérias que abordavam a questão da guerra colonial, estas, na maioria das vezes, atribuíam a culpa dos incidentes aos africanos, tratando-os como subversivos; já os cidadãos portugueses que se manifestavam contrário à guerra eram tidos e apontados como terroristas.

Todavia, neste período Portugal atravessava uma imensa crise, a população estava descontente com a política de Marcelo Caetano, principalmente com a política ultramarina, pois muitos portugueses estavam morrendo no continente africano.

Mesmo assim o governo tentava passar uma posição de supremacia e que os países africanos e seu povo eram os inimigos de Portugal. Vejamos a observação de Torres:

Além da censura “civil” que, como já referimos, era muitas vezes feita por militares, existia também uma censura militar pela qual passavam todos os textos e imagens que estivessem relacionados com a Guerra Colonial. Como explica José Filipe Pinto (2011:242), este tipo de artigos era alvo de duas censuras, sendo que a censura militar fazia “alterações de forma a que não fossem dadas informações aos elementos inimigos”. Fernando Farinha conheceu bem a censura militar que jamais permitiu que se falasse de forma positiva dos inimigos das tropas portuguesas destacadas em Angola. Aliás, “qualquer referência à oposição e às suas principais figuras era cortada, mesmo que a prosa não fosse elogiosa para essas figuras” (Pin-

to, 2011:253). “Tudo o que soasse a oposição feria a vista dos censores” (Pinto, 2011:296). Ainda assim, houve exceções, ou seja, o dito inimigo chegou a ser notícia na Notícia, como veremos mais à frente. O outro lado da guerra era caracterizado por palavras como “terroristas”, “turras”, “bandoleiros”, “inimigos” ou “bandidos”. “Guerrilheiros”, conta Farinha, era palavra proibida para definir a dita oposição. Os militares portugueses eram os “heróis” e os “defensores de Angola”. (2012, p. 30)

Deve ser observado que nessa mesma época o Brasil vivia sob Ditadura Militar em que a censura aos meios de comunicação era intensa.

Ademais se observa que o governo brasileiro se identificava com o governo português, tanto que apoiava e compactuava com a política empreendida nas colônias africanas.

Ao acompanhar qualquer um dos dois periódicos estudados nota-se que os leitores não tinham a real noção da situação política que Portugal enfrentava, as notícias eram mal contextualizadas e muitas delas só tratavam de assuntos sociais que aconteciam dentro da colônia na Baixada Santista. Tendo em vista que na época analisada não se tinha internet e nem os meios televisivos, o jornal impresso era a maior fonte de informação da população e pode-se afirmar que esta não estava realmente informada.

Neste sentido Vitório observa:

Descobri no português uma gente marcada pelo sofrimento, onde a cõr preta era quase comum no vestir: era o luto pelos que morriam no ultramar; era a saudade pelos que emigravam a fim de ganhar o sustento; era a tristeza pelos que fugiam da tropa. Na frequência do Curso Complementar de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina, ensinaram-me os feitos heroicos do português pelo mundo, através do tempo. Durante as aulas, eram despejadas torrentes justificativas pela presença lusa no ultramar, pelas políticas colonialista, pela sustentação da presença necessária em África e a manutenção submissa e obediente do Africano.

Ao integrar-me na realidade e a conviver com o povo, aprendi que a guerra no ultramar era um pavor que arruinava o país e destruía os jovens: que os protestos contra esta mesma guerra e o estado de coisas no país eram sufocados com violência. E a resignação cobria tudo e todos. E o silêncio sobre a verdade era norma, acrescido de falsa imagem do real. (1974, p. 2)

A política desenvolvida por Marcelo Caetano se apresentava cada vez mais deteriorada e a insatisfação da população era total, o que culminou com a Revolução dos Cravos e o afastamento de Marcelo Caetano e Américo Tomás do governo.

Em Abril de 1974 quem estava à frente do Brasil não era mais o general Médici, e sim o general Ernesto Beckmann Geisel, que recebeu de braços abertos os portugueses Marcelo Caetano e Américo Tomás²⁹.

Verificamos neste trabalho que uma parte da colônia portuguesa em Santos não consumia as notícias veiculadas e as que consumiam, quer seja pela ocorrência da censura, quer seja pela identificação com a política governamental, não estavam informadas a contento.

REFERÊNCIAS

A TRIBUNA: 120 anos de informação e compromisso com o leitor. Associação Comercial de

- Santos, 2014. Disponível em <http://acs.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7211:2014-03-26-11-28-09&catid=36:destaques-do-dia&Itemid=46>. Acesso em 28 ago. 2019
- ANGELO, Vitor Amorim de. *Estado Novo em Portugal: Regime salazarista foi marcado pelo autoritarismo*. UOL educação, 2009. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/estado-novo-em-portugal-regime-salazarista-foi-marcado-pelo-autoritarismo.htm>>. Acesso em 21 ago. 2019
- BARBOSA, Alexandre. *Jornalismo em Gêneros*. Jornalismo Especializado. Vol. 4, 2017. Portal de Livros Abertos da USP. Disponível em: <<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/189>>. Acesso em 21 ago. 2019
- BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em 02 set. 2019
- _____. *Ato Institucional nº 2*, de 27 de outubro de 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm>. Acesso em 02 set. 2019
- _____. *Ato Complementar nº 1*, de 27 de outubro de 1965. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-1-27-outubro-1965-351177-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 02 set. 2019
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em 02 set. 2019
- _____. *Decreto-lei nº 314*, de 13 de março de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0314.htm>. Acesso em 02 set. 2019
- _____. *Decreto-lei nº 1.077*, de 26 de janeiro de 1970. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm>. Acesso em 02 set. 2019
- _____. *Lei nº 5.250*, de 9 de fevereiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15250.htm>. Acesso em 02 set. 2019
- _____. *Ato Institucional nº 5*, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em 02 set. 2019
- CARVALHO, Beth Capelache de. A colônia portuguesa (2). *Histórias e Lendas de Santos - Os imigrantes*, 2003. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0150a2.htm>>. Acesso em 21 ago. 2019
- CPDOC FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Médici, Emilio Garrastazzu*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/medici-emilio-garrastazzu>>. Acesso em 21 ago. 2019
- DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. *Uma Breve História do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986
- FERREIRA, Jorge e GOMES, Angela de Castro. *1964*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014
- FUNDADOR do Jornal A Tribuna é homenageado em Santos. G1 Santos, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2013/10/fundador-do-jornal-tribuna-e-homenageado-em-santos.html>>. Acesso em 28 ago. 2019
- HEMEROTECA completa acervo do jornal Cidade de Santos. Prefeitura de Santos, 2012. Disponível em: <<https://www.santos.sp.gov.br/?q=content/hemeroteca-completa-acervo-do-jornal-cidade-de-santos>>. Acesso em 29 ago. 2019
- HISTÓRIA da Imprensa de Santos. Novo Milênio, 2008. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0318z09.htm>>. Acesso em 29 ago. 2019
- LAGE, Nilson. *Conceitos de jornalismo e papéis sociais atribuídos aos jornalistas*. Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo. Ponta Grossa, vol.1, n.1 p.20-25, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/6080/3724>>. Acesso em 21 ago. 2019

- LIMA, Rodrigo. Exclusivo: os números exatos e atualizados de estrangeiros no Brasil. O *Estrangeiro. Brasil País de Imigração*, 2013. Disponível em: <<https://oestrangeiro.org/2013/05/22/exclusivo-os-numeros-exatos-e-atualizados-de-estrangeiros-no-brasil-2/>>.
- LOBO, Andreia. A Página da Educação. O *lâpis azul*. Edição 139. Ano 13, 2004. Disponível em: <<https://www.apagina.pt/?aba=7&cat=139&doc=10427&mid=2>>. Acesso em 02 set. 2019
- MARTINS, Franklin. *Jornalismo Político*. São Paulo: Contexto, 2005
- MELO, José Marques de. *Estudo de Jornalismo Comparado*, 5 ed. Rio de Janeiro: Thomson Pioneira, 1977.
- MELO, José Marques de. *Comunicação Social: Teoria e Pesquisa*, São Paulo: Livraria Pioneira, 1972.
- NOBLAT, Ricardo. *A Arte de Fazer um Jornal Diário*. São Paulo: Contexto, 2012
- PEIXINHO, Ana Teresa. O incêndio do Chiado nos jornais: a narrativa de uma catástrofe. In: LOURENÇO, Luciano. Incêndios em Estruturas. Coimbra, 2018. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/nicif/riscos/pub/outros_livros/Ebook_Incendios_Estruturas.pdf>. Acesso em 02 set 2019.
- PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2015
- QUEM somos. Assine A Tribuna. Disponível em: <<https://assine.atribuna.com.br/institucional/quemsomos>>. Acesso em 28 ago. 2019
- ROSAS, Fernando. *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand Editora, 1996
- SARDICA, José Miguel. *O Século XX Português*. Lisboa: Texto Editores, 2011
- SILVA, A. E. Duarte. O litígio entre Portugal e a ONU. *Análise Social*, vol. XXX, 1995. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223379275O6tBL0an1Az23CC9.pdf>>. Acesso em 02 set 2019
- TORRES, Sílvia Manuela Marques. Guerra Colonial na revista Notícia. *A cobertura jornalística do conflito ultramarino português em Angola*, 2012. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/7280/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado_S%C3%ADlvia%20Torres_aluna20606.docx.pdf>. Acesso em 02 set. 2019
- VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História Geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2010
- VITORIO, Benalva da Silva. *A imagem do Brasil na imprensa portuguesa: estudo de jornalismo comparado*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1974

ABSTRACT

Portugal and Brazil, in the 1960s and 1970s, were governed by authoritarian regimes, civil and military, respectively. This model of government directly affects the press, through censorship. Considering that the Portuguese community is significant in Santos, this research refers to the knowledge that the Portuguese and their descendants had about Portugal, in the last years of the government of Marcelo Caetano, from 1970 to April 1974, based on the international news published in the newspapers A Tribuna and Cidade de Santos. The objectives of the research are to establish a parallel between the government of Marcelo Caetano in Portugal and the government of the military in Brazil and to analyze information about Portugal in the Santos and Portuguese presses. Furthermore, researching the role of the Santos press, which is of great importance, as well as verifying the content, content and focus of the reports.

KEYWORDS

Censorship. Press. Brazil. Portugal. Marcelo Caetano.

NOTAS

- ¹ Humberto Delgado surgiu como candidato opositor ao Estado Novo, realizando uma ampla campanha. Todavia não foi eleito.
- ² Decreto-lei n. 18570, de 08 de julho de 1930, que definia a forma como se deviam processar as relações entre a metrópole e as colônias portuguesas no nível político, econômico e administrativo. Através do Ato Colonial foi colocado fim à autonomia financeira das colônias e foi decretada a unificação administrativa de cada colônia sob a chefia de um administrador. Afirmação do conceito de Império Colonial.
- ³ Período de confronto entre as Forças Armadas Portuguesas e os movimentos de libertação de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique
- ⁴ Fez sua carreira na Marinha de Guerra, chegando ao posto de Almirante de Armada
- ⁵ Político brasileiro; vereador da cidade de São Paulo em 1947; deputado estadual em 1950; prefeito do município de São Paulo em 1953; governador do estado de São Paulo em 1954 e deputado federal em 1958.
- ⁶ Político brasileiro, conhecido também pelo apelido de Jango. Entrou para a vida política como deputado federal em 1950, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio no segundo governo de Getúlio Vargas, vice-presidente da República em duas vezes, a primeira de 1955 e a segunda em 1960, chegando à Presidência do país de 1961 a 1964.
- ⁷ Introduzido pela Emenda Constitucional 4/61. Nesse sistema foi mantida a figura do presidente da República, com poderes reduzidos e criada a figura do Primeiro Ministro, a ser aprovado pela Câmara dos Deputados.
- ⁸ Confronto indireto entre as superpotências, Estados Unidos e União Soviética, no período de 1947 a 1991; enfrentamento ideológico: capitalismo X socialismo.
- ⁹ O regime foi estabelecido após a derrubada do Presidente Fulgêncio Batista, em janeiro de 1959. Fidel Castro assumiu o cargo de primeiro ministro. Várias mudanças foram implementadas, como a reforma agrária e a nacionalização da exploração de recursos e das empresas instaladas no país. Houve um alinhamento com a União Soviética e com o Leste Europeu.
- ¹⁰ Criada em 1966 atuando até 1968, a Frente Ampla agrupava várias correntes políticas de esquerda em busca do retorno à democracia.
- ¹¹ § 8º - É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação sem sujeição à censura, salvo quanto a espetáculos de diversões públicas, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos independe de licença da autoridade. Não será, porém, tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe.
- ¹² Art. 9º - O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas d e e do § 2º do art. 152 da Constituição.
- ¹³ Na Censura de Salazar, existiam os carimbos “autorizado”, “autorizado com cortes”, “suspense” ou “retido” e “cortado”
- ¹⁴ Ex-Diretor do Instituto Francês de Imprensa
- ¹⁵ Não foram apreciadas eventuais matérias em colunas esportivas, de fofocas, policiais e portuárias por não se relacionarem à finalidade deste trabalho
- ¹⁶ Não foram apreciadas eventuais matérias em colunas esportivas, de fofocas, policiais e portuárias por não se relacionarem à finalidade deste trabalho.
- ¹⁷ A coluna foi computada como uma única matéria, apesar de conter vários subtítulos que foram considerados individualmente na análise do conteúdo e teor das matérias.
- ¹⁸ Fora agraciado com a grã-cruz da Ordem do Infante D. Henrique de Portugal – ordem honorífica portuguesa
- ¹⁹ Advogado, funcionário público; durante do Estado Novo Português chefiou a redação dos serviços da imprensa e rádio, sendo em seguida deputado
- ²⁰ Ministro dos Negócios Estrangeiros
- ²¹ Conforme Silva (1995, p. 33-44), o governo português não dava qualquer sinal referente ao reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos africanos. Em setembro de 1969, o Secretário da ONU declarou que era insuficiente somente desenvolver a autonomia dos territórios e do bem estar da população e que deveria ser aberta a via da liberdade e independência dos territórios administrados por Portugal. Em novembro do mesmo ano, aprovou Resolução (o Brasil se absteve) condenando a guerra colonial. Em 1970 a ONU aprovou Resolução (o Brasil votou contrariamente) no sentido de que Portugal não usasse meios de guerra química ou biológica contra as populações. Também nesse mesmo ano, a ONU apurou denúncia da República da Guiné que se dizia vítima de agressão armada de tropas portuguesas. A ONU então aprovou Resolução condenando Portugal por ter invadido a Guiné e considerou que o colonialismo português era uma ameaça à paz e à segurança na África. Em 1971 a ONU condenou Portugal por violações no Senegal e na República da Guiné. Em 1972 novamente foi aprovada Resolução da ONU para que Portugal reconhecesse o direito à autodeterminação dos territórios, bem como que os Estados que apoiavam o país luso parassem com a assistência em matéria de armas e equipamentos militares. Ainda em 1972, seguiu-se Resolução da ONU reconhecendo a legitimidade das lutas para concretizar o direito à independência, sendo um reconhecimento indireto dos movimentos de libertação em Angola, Guiné e Moçambique, bem como fez apelo para que Portugal negociasse com os envolvidos. Em 1973, a ONU reconheceu a independência da República da Guiné-Bissau e ainda que os poderes da delegação de Portugal não se estendiam aos territórios de Angola e Moçambique, sob domínio luso e nem à Guiné-Bissau, que agora era independente.
- ²² Viagem Triunfal I por Antônio F. Sarabando (28/10), Viagem Triunfal II por Antônio F. Sarabando (31/10), Viagem Triunfal IV por Antônio F. Sarabando, A progressista e bela cidade de Luanda (07/11), Viagem Triunfal VI por Antônio F. Sarabando, Grande desenvolvimento na África (28/11)
- ²³ Não houve tal visita
- ²⁴ Conselheiro Menezes Cordeiro, Chefe dos Serviços Consulares do Ministério dos Estrangeiros de Portugal
- ²⁵ José Hermano Saraiva

²⁶ Deputado Estadual por São Paulo

²⁷ Marcelo José das Neves Alves Caetano, site da República Portuguesa - <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/governos-anteriores/chefes-do-governo-desde-1821.aspx>

²⁸ Américo de Deus Rodrigues Tomás, site da Presidência da República Portuguesa - www.presidencia.pt/?idc=13&idi=26

²⁹ Matérias publicadas em 21 de maio de 1974 no jornal Cidade de Santos intituladas “Caetano e Thomaz no Brasil” e “Marcelo Caetano e Thomaz no Brasil” e no jornal A Tribuna com os títulos “Brasil aceita Thomaz e Caetano” e “Thomaz e Caetano no Brasil”